

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MAÍRA SILVA MARQUES DA FONSECA

REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

CURITIBA

2008

MAÍRA SILVA MARQUES DA FONSECA

REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

Monografia apresentada à disciplina de Direito do Trabalho como requisito parcial à conclusão do Curso de Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Doutor Wilson Ramos Filho

Co-orientador: Prof. Doutor Ricardo Marcelo Fonseca

CURITIBA

2008

Ao meu querido Guilherme, pelo tenro
amor.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, que me ensinou nas entrelinhas da vida o significado de dignidade e igualdade. Que plantou em minha configuração genética o amor pelo Direito. Que me dá o orgulho de tê-lo, grande jurista que é, tão próximo.

À minha mãe, por pintar minha existência com cores complementares, numa combinação de luz e conforto. Que me ensina a ser.

À minha sempre pequena irmã, pelas explosões de sentimentos, manifestações do amor sincero.

Ao professor Xixo, querido mestre que me aponta caminhos e gentilmente oferece as ferramentas para percorrê-los. Que na minha vida foi o professor de Direito do Trabalho, a quem serei eternamente grata.

Ao professor Ricardo Marcelo, que consciente do papel da historiografia jurídica corrosiva ensinou-me o desconforto fundamental ao sério estudo do Direito.

Ao Nasser, à Jane e ao Ricardo, pelo exemplo que me são. Pelo apoio e pelas lições que marcarão para todo o sempre a minha formação jurídica.

Ao Diego e à Iza, que compartilharam comigo o dia-a-dia da elaboração deste trabalho. Que me deram suporte amigo e me agüentaram!

És um senhor tão bonito
Quanto a cara do meu filho
Tempo tempo tempo tempo
Vou te fazer um pedido
Tempo tempo tempo tempo

Compositor de destinos
Tambor de todos os ritmos
Tempo tempo tempo tempo
Entro num acordo contigo
Tempo tempo tempo tempo

Por seres tão inventivo
E pareceres contínuo
Tempo tempo tempo tempo
És um dos deuses mais lindos
Tempo tempo tempo tempo

Que sejas ainda mais vivo
No som do meu estribilho
Tempo tempo tempo tempo
Ouve bem o que te digo
Tempo tempo tempo tempo

Peço-te o prazer legítimo
E o movimento preciso
Tempo tempo tempo tempo
Quando o tempo for propício
Tempo tempo tempo tempo

De modo que o meu espírito
Ganhe um brilho definido
Tempo tempo tempo tempo
E eu espalhe benefícios
Tempo tempo tempo tempo

(...)

Ainda assim acredito
Ser possível reunirmo-nos
Tempo tempo tempo tempo
Num outro nível de vínculo
Tempo tempo tempo tempo

Portanto peço-te aquilo
E te ofereço elogios
Tempo tempo tempo tempo
Nas rimas do meu estilo
Tempo tempo tempo tempo

Caetano Veloso

RESUMO

A atual mobilização dos sindicatos de trabalhadores pela redução da jornada de trabalho tem o potencial de criar cerca de 2,2 milhões de empregos. Ao contrário do que se possa pensar, não se trata de um movimento inovador, pois aparece dentre os brados da classe operária desde o seu surgimento, com as primeiras manifestações do sistema capitalista de produção, quando o tempo vendido em função do contrato de emprego passa a ser do empregador, que o controla e dele abusa visando angariar mais lucros. Por envolver interesses antagônicos das diferentes classes sociais, trata-se de uma questão não apenas econômica, mas política, de modo que a extensão da jornada de trabalho ao longo da história varia de acordo com a mobilização dos trabalhadores. A contemporânea luta pela redução da jornada de trabalho insere-se num contexto de globalização e revolução científica, onde a intensa automação dos meios de produção gera uma poupança de trabalho humano e faz surgir uma sociedade dualista, onde alguns ficam expostos ao estresse de se trabalhar em jornadas intensas e extensas, e outros ficam relegados ao desemprego diante da falta de postos de trabalho. Deflagra-se um patente desequilíbrio social que põe em risco a economia. Neste trabalho faz-se análise histórica da luta pela redução da jornada de trabalho, da atual conjuntura em que se insere o contemporâneo movimento neste sentido e dos possíveis aspectos fáticos da implementação da proposta de redução, de seus possíveis impactos na saúde pública, nas relações sociais, na economia e na política. Estuda-se, por fim, o caso francês, que tem servido de paradigma a todo o mundo quanto ao tema.

Palavras-chave: Redução da jornada de trabalho, interesses antagônicos, desemprego, revolução científica, aspectos atuais e fáticos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. MEDIDA DA JORNADA DE TRABALHO E A CORRELAÇÃO DE FORÇAS ENTRE AS CLASSES SOCIAIS	3
1.1. SENTIDO DA LUTA PELA LIMITAÇÃO DO TEMPO DE TRABALHO	7
1.2. DIALÉTICA VALIOSA: PANORAMÁ HISTÓRICO	10
1.3. CONJUNTURA ATUAL: CENÁRIO CONTRADITÓRIO E PROPÍCIO	26
1.4. LUTA QUE NÃO CESSA: REDUÇÃO DO TEMPO DE TRABALHO NO SÉCULO XXI.....	36
2. ASPECTOS FÁTICOS DA REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO	38
2.1. FUNDAMENTOS DE ÍNDOLE SOCIAL E BIOLÓGICA	39
2.2. QUESTÕES ECONÔMICAS E POLÍTICAS	44
2.3. CONTRAPARTIDA NEGATIVA DAS EMPRESAS E A NECESSIDADE DE ADOÇÃO DE MEDIDAS ACESSÓRIAS.....	50
2.4. CICLO VIRTUOSO	53
2.5. EXPERIÊNCIA FRANCESA: PREDOMINÂNCIA DE INTERESSES DA CLASSE POLITICAMENTE DOMINANTE	55
CONCLUSÃO	68
REFERÊNCIAS	71

INTRODUÇÃO

Sindicatos de trabalhadores e empresarias dialogam a respeito da redução da jornada como meio de se criar empregos, cada qual munido de seus distintos argumentos. Resta patente a vasta controvérsia que envolve o tema.

Os trabalhadores, de um lado, defendem que a redução da jornada, além de gerar qualidade de vida, teria o aval de criar milhões de empregos, a possibilitar a redistribuição dos lucros acumulados pela minoria que detém os meios de produção, fomentando, assim, o poder de compra da população e aquecendo a economia nacional.

A classe patronal, em mão oposta, alega que tal medida seria economicamente inviável, eis que a necessidade de novas contratações oneraria em demasia a produção e, além de causar o fechamento de empreendimentos de menor porte, tornaria o país menos competitivo internacionalmente, a significar um desastre à economia do país.

A luta pela redução da jornada de trabalho, ao contrário do que se possa pensar, não é inovadora, mas tão antiga quanto a própria luta operária, eis que muito mais do que econômica, a controvérsia suscitada trata de questão política que acompanha o sistema capitalista de produção desde seus primórdios. Enquanto aos empregados interessa a valorização de sua força de trabalho e melhoria de suas condições de vida, aos empregadores importa o aumento de produção mediante o mínimo dispêndio de receitas.

Hoje, contudo, a revolução científica oportunizada pela globalização econômica vem alterando drasticamente a dinâmica da produtividade. Menos tempo é necessário para se produzir a mesma quantia que se produzia há algumas décadas, tornando-se possível a criação uma poupança de trabalho humano.

A tecnologia poupadora de mão-de-obra tem se expressado em desemprego e, conseqüentemente, desequilíbrio social.

Diante da atual dinâmica do sistema produtivo, levando-se em conta a acirrada competição que se deflagra no mercado internacional e a falta de postos de trabalho ocasionada pela automação dos meios de produção, num cenário em que

se tem pregado como solução ao desemprego e ao fomento da economia a flexibilização do Direito do Trabalho, como poderiam medidas intervencionistas por parte do Estado, como a redução nacional da jornada de trabalho, ter êxito? É isto que se pretende averiguar neste estudo.

O presente trabalho é dividido em duas partes.

A parte inicial visa desenrolar estudo acerca da natureza tão incisivamente controvertida da luta pela redução da jornada de trabalho mediante análise de suas dialéticas manifestações ao longo da história. Delineia-se, ainda, a conjuntura em que se insere a contemporânea movimentação dos trabalhadores pela redução da jornada.

A parte final tem a intenção de aclarar críticas e mitos que acabam por ser lançado sobre o tema que ora se estuda e que dão azo à escuridão que cega o debate. Faz-se investigação acerca dos aspectos sociais, biológicos, econômicos e políticos da possibilidade de redução da jornada de trabalho hoje. Desenvolve-se, finalmente, análise da experiência francesa de redução da jornada de trabalho, que tem servido de paradigma argumentativo a todo o mundo.

A identificação de respostas poderá dar azo à constatação de que a aplicação da medida intentada tem de fato o aval de criar milhões de empregos e assim alterar o cenário social, político e econômico do país, a reduzir os níveis de disparidades entre classes e impulsionar a produção de modo sem precedentes.

A verificação de contras quanto à redução da jornada de trabalho, por outro lado, pode levar a concluir pela sua inviabilidade econômica, de modo a guiar o país também no sentido de grandes mudanças sociais, pela implementação de medidas flexibilizadoras das relações de trabalho como modo de se assegurar o emprego.

Ambas as possibilidades delineadas têm o azo de, além de demarcar uma postura política de gestão a ser adotada pelo Estado, influir drasticamente nas condições de vida dos empregados e lucratividade dos empregadores.

1. MEDIDA DA JORNADA DE TRABALHO E A CORRELAÇÃO DE FORÇAS ENTRE AS CLASSES SOCIAIS

Se o operário soubesse
Reconhecer o valor que tem seu dia
Por certo que valeria
Duas vezes mais o seu salário
Mas como não quer reconhecer
É (ele) escravo sem ser
De qualquer usurário
(...)

Nelson Sargento

A jornada¹ de trabalho e sua interligação com o salário, no transcorrer dos séculos, instiga brados centrais às lutas trabalhistas, eis que bole diretamente com os ânimos de ambas as classes sociais, afinal, “jornada e salário têm estreita relação com o montante de transferência de força de trabalho que se opera no contexto da relação empregatícia”², é o que leciona DELGADO. Para o mesmo autor, o salário demonstra o preço atribuído à força de trabalho alienada, enquanto a jornada desponta como medida dessa força que se aliena.

Se, por um lado ao empregado interessa a valorização de seu trabalho e condições mais salutaras de vida, ao empregador, em mão oposta, interessa a extração máxima da força de trabalho mediante dispêndio mínimo de receitas³. A medida da jornada de trabalho é, por conseguinte, germe de manifestações divergentes de interesses. DELGADO exara com sensatez:

¹ Vale um esclarecimento semântico. De origem ligada à noção de dia (em italiano: *giorno* – *giornata*; e em francês: *jour* – *journée*), o verbete *jornada de trabalho* corresponde ao lapso temporal diário durante o qual se coloca o empregado à disposição do empregador em virtude de contrato laboral. A cultura da língua portuguesa, entretanto, tem comumente conferido maior amplitude à noção de jornada de trabalho, de modo a abranger lapsos temporais mais amplos, como a semana. Esta extensão semântica é inclusive reconhecida pelo legislador, conforme se depreende do art. 59, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho, o qual faz alusão à *jornada semanal*. Em nome de maior acessibilidade didática se “flexibiliza” a rigidez epistemológica e se elege neste trabalho o termo *jornada* em seu sentido lato, majoritariamente utilizado no Brasil para designar e orientar o debate sobre o tempo de exposição do trabalhador aos mandos do empregador e intempéries do mercado laboral.

² DELGADO, Maurício Godinho. **Jornada de trabalho e descansos trabalhistas**, p. 17.

³ *Ibidem*.

É a jornada, portanto, ao mesmo tempo, a medida da principal obrigação obreira (prestação de serviços) e a medida da principal vantagem empresarial (apropriação dos serviços pactuados). Daí sua grande relevância no cotidiano trabalhista e no conjunto das regras inerentes ao Direito do Trabalho.⁴

A constatação de jornadas mais ou menos extensas no transcorrer da história representa, portanto, a prevalência de interesses ora obreiros e ora patronais, o que perpetuamente deriva do grau de mobilização da classe interessada.

O período durante o qual o empregado utiliza a própria força de trabalho para reproduzir o valor recebido por sua venda é o que se denomina duração do trabalho necessária, é a parte necessária de sua jornada. Mas, com isso não se determina a magnitude da jornada de trabalho, a qual equivale à soma da duração de trabalho necessário e da duração de trabalho excedente⁵, de modo que se torna uma grandeza variável. É o que ensina MARX:

A jornada de trabalho não é uma grandeza constante, mas variável. Uma das suas partes é determinada pelo tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho do próprio trabalhador, mas sua magnitude total varia com a duração do trabalho excedente. A jornada de trabalho é, portanto, determinável, mas, considerada em si mesma, é indeterminada.⁶

No sistema de produção capitalista, o trabalho necessário só pode constituir uma parte da jornada de trabalho, pois a acumulação do capital pelo empregador é inerente a este sistema. A taxa da mais-valia se determina justamente pelo tempo de trabalho excedente prestado. Daí dizer que “na teoria da mais-valia, que trata da expropriação do excedente econômico, Marx confere centralidade à duração e à intensidade do trabalho; portanto, ao tempo de trabalho.”⁷

Em nome da ostensiva vinculação havida entre o salário e a jornada, por todo o mencionado, desponta o profundo atrito essencial entre os interesses do

⁴ DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**, p. 830.

⁵ MARX, Karl. A jornada de trabalho. In: **O Capital**: crítica da economia política.

⁶ *Ibidem*, p. 270.

⁷ CALVETE, Cássio da Silva. **Redução da jornada de trabalho**: uma análise econômica para o Brasil, p. 05.

empregado, que quer obter melhor remuneração com o menor desgaste, e do empregador, que almeja obter maior rendimento pagando o menor salário possível⁸. MORAES resume, “em duas palavras: por toda parte, o industrialismo moderno paga, pelo menor preço possível, a maior quantidade de trabalho que pode obter de uma criatura humana. Esforço máximo – mínima remuneração!”⁹

Do exposto é possível depreender que a jornada normal de trabalho reflete, portanto, a correlação de forças que se estabelece na sociedade, entre interesses antagônicos, e resulta em um padrão socialmente estabelecido, pelo que trata antes de questão política do que econômica. A lei materializa essa correlação de forças e será tanto mais tutelar e protetiva quanto maior for a força dos trabalhadores em relação ao poder das classes empregadoras. Esse padrão varia em consonância com as circunstâncias de tempo e de lugar. No passado já vigorou o entendimento de que o trabalhador deveria trabalhar de sol a sol. Hoje, no Brasil, prevalece a regra de que se deve fazê-lo por oito horas diárias.¹⁰

Diante dos antagônicos interesses que envolvem o tema da duração do trabalho, é categórico DAL ROSSO ao asseverar que “trabalhar mais ou menos horas é resultado das relações vigentes entre os agentes sociais. Os momentos em que a força de trabalho está enfraquecida política ou economicamente são propícios ao alongamento das horas de trabalho”¹¹. O autor explica que o alongamento das horas de trabalho é mais incisivo em momentos históricos, durante os quais, a força dos trabalhadores está menos articulada econômica ou politicamente, de modo que a curva da jornada de trabalho representa, muito mais do que um momento histórico, a relação havida entre os autores sociais em diferentes épocas.

A premissa de que a extensão da duração do trabalho depende da correlação de forças entre as classes sociais faz bastante sentido se analisada sob os ares da teoria de POULANTZAS¹², para quem o Estado possui um núcleo prático, técnico e puramente social, denominado ossatura material que, apesar de não poder ser reduzido à simples dominação política, está sujeito à manipulação e influência

⁸ RUSSOMANO, Mozart Victor. **Curso de Direito do Trabalho**.

⁹ MORAES, Evaristo de. **Apontamentos de direito operário**, p. 11.

¹⁰ MAGANO, Otávio Bueno. **Manual de direito do trabalho: direito tutelar do trabalho**. 4 v. p. 31.

¹¹ DAL ROSSO, Sadi. **O debate sobre a redução da jornada**, p. 23.

¹² POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**.

dos interesses da classe dominante. Não se pode, portanto, considerar que a economia é composta de elementos invariáveis, auto-reproduzíveis e auto-reguláveis, caso contrário, se estaria a ocultar as lutas travadas no cerne das relações de produção e exploração. Para o autor:

O espaço e o lugar da economia, o espaço das relações de produção, de exploração e de extração do excesso de trabalho (espaço de reprodução e de acumulação do capital e de extração da mais-valia no modo de produção capitalista) jamais constituiu, nem nos outros modos de produção (pré-capitalistas), nem no capitalismo, um nível hermético e enclausurado, auto-reproduzível e depositário de suas próprias “leis” de funcionamento interno.¹³

As relações de produção e exploração, pelo exposto, variam de acordo com a relação existente entre as classes sociais, ou, precisamente, com o grau de contraposição e resistência que são oferecidas pela classe que vive do trabalho em face dos interesses patronais. É evidente que o domínio dos interesses capitalistas há de dar margem a jornadas de trabalho mais longas, sempre tendo em vista a maior acumulação de lucros, quadro este que só poderá ser alterado por pressão social, fruto de mobilização e organização dos trabalhadores. Segundo MARX “o capital não tem, por isso, a menor consideração com a saúde e com a vida do trabalhador, a não ser quando a sociedade o compele a respeitá-las.”¹⁴

Acerca da relação havida entre a extensão da duração do trabalho e a articulação das classes sociais, explica CALVETE:

Tanto o tempo de trabalho necessário quanto o tempo de trabalho excedente são grandezas que variam conforme o estado das artes e as convenções sociais; portanto, grandezas que variam ao longo da história. O tempo de trabalho necessário varia de acordo com o custo da produção, o custo da vida e os avanços tecnológicos que aumentam a produtividade do trabalho. O tempo de trabalho excedente varia conforme a organização social, o poder de barganha da classe trabalhadora, o poder de barganha dos capitalistas e a posição do Estado.¹⁵

Os dispositivos diversos criados com a finalidade de regulamentar a jornada de trabalho ao longo da história variam de acordo não só com os sistemas

¹³ *Ibidem*, p. 15.

¹⁴ MARX, Karl. *Op. cit.*, p. 312.

¹⁵ CALVETE, Cássio da Silva. *Op. cit.*, p. 31.

produtivos em vigência, mas também com a força de mobilização dos trabalhadores, com o poder de controle dos empregadores detentores dos meios de produção, e, finalmente, com o grau de intervenção do Estado nas relações laborais. Para MARX, “o estabelecimento de uma jornada normal de trabalho é o resultado de uma luta multissecular entre o capitalista e o trabalhador”.¹⁶ A regulamentação da jornada de trabalho durante a história da produção capitalista se mostra como contínua luta deflagrada pelos trabalhadores em busca de sua limitação e retração¹⁷, constatação esta explanada também por MAGANO em seu curso de Direito do Trabalho.¹⁸

Para que se possa captar com clareza a conjuntura dos atuais embates liderados por sindicatos de trabalhadores em todo o Brasil a favor da redução da jornada de trabalho, é preciso desenvolver breve análise das relações e duração do trabalho ao longo de suas diversas manifestações históricas, que se alteram em consonância com as mutações sociais. Para CASTEL¹⁹, afinal, a metamorfose social se presta à necessária verificação dialética.

1.1. SENTIDO DA LUTA PELA LIMITAÇÃO DO TEMPO DE TRABALHO

A história do Direito do Trabalho, no curso do século XIX, é, sob muitos aspectos, a história da luta dos trabalhadores pela diminuição de suas jornadas de trabalho.

Otávio Bueno Magano

O anseio pela limitação da jornada de trabalho passa a fazer sentido a partir das primeiras manifestações do capitalismo, quando os empregadores, detentores dos meios de produção, sempre munidos da intenção de angariar mais lucros,

¹⁶ MARX, Karl. *Op. cit.*, p. 312 – 313.

¹⁷ *Idem.*

¹⁸ MAGANO, Otávio Bueno. *Op. cit.*, p. 27.

¹⁹ CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social.**

iniciam a exercer controle (e abuso) sobre o tempo durante o qual os trabalhadores ficam à sua disposição em função de contrato empregatício.

Para THOMPSON, “assim que se contrata mão-de-obra real, é visível a transformação da orientação pelas tarefas no trabalho de horário marcado.”²⁰ O tempo de trabalho exercido pela mão-de-obra passa a ser do empregador, que não deve desperdiçá-lo, pois passa a significar dinheiro. Ainda segundo THOMPSON:

Essa medição incorpora uma relação simples. Aqueles que são contratados experienciam uma distinção entre o tempo do empregador e o seu “próprio” tempo. E o empregador deve *usar* o tempo de sua mão-de-obra e cuidar para que não seja desperdiçado: o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta.²¹

Ainda em conformidade com o que ensina THOMPSON, os relógios, instrumentos que controlavam os ritmos da vida industrial, por representarem urgente necessidade ao capitalismo, chegaram mesmo a ser tributados na Inglaterra, eis que denotavam, à época, sinal de riqueza, afinal, “sempre que um grupo de trabalhadores entrava numa fase de melhoria do padrão de vida, a aquisição de relógios era uma das primeiras mudanças notadas pelo observador.”²²

Os franceses BOLTANSKI e CHIAPELLO, afirmam que as diferentes caracterizações atribuídas ao capitalismo, no decorrer de quase dois séculos, podem ser reduzidas a uma fórmula mínima, sustentada na idéia de *exigência de acumulação ilimitada de capital mediante meios formalmente pacíficos*. O capitalismo resume-se em uma relação desigual entre o capitalista, detentor dos meios de produção, e o operário, que detém pouco ou quase nada e dispõe apenas de sua força de trabalho, e, em troca de remuneração, abre mão do direito de propriedade sobre o resultado de seu esforço.²³

O capitalismo, em diversos sentidos, é um sistema absurdo, protagonizado pelos personagens acima descritos em flagrante caráter de desigualdade, de modo

²⁰ THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In: **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional, p. 272.

²¹ *Idem*.

²² *Ibidem*, p. 279.

²³ BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **El nuevo espíritu del capitalismo**.

que a adesão a esse sistema requer certas justificações. Chama-se, por conseguinte, espírito do capitalismo a *ideologia que justifica o compromisso com o capitalismo*. O espírito do capitalismo é o conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribuem a justificá-la e legitimá-la, são os modos de ação e as disposições, com ela, coerentes.²⁴

O primeiro espírito do capitalismo está ligado à figura do burguês, vinculado às modalidades de capitalismo familiar, quando os patrões eram pessoalmente conhecidos por seus empregados e o destino das empresas estava intimamente ligado à vida dos funcionários²⁵. Já o segundo espírito do capitalismo, que vai até quase o final do século XX, se guia pela figura do dirigente assalariado e pela figura dos quadros. É o capitalismo de grandes empresas, em maioria multinacionais²⁶. O terceiro espírito do capitalismo é um capitalismo “mundializado” que se serve de novas tecnologias²⁷ e se manifesta pelo encurtamento das horas de trabalho necessárias, concomitante aos ganhos de produtividade, via mudanças tecnológicas.²⁸

As transformações nas forças produtivas que, efetivamente substituem trabalho vivo por máquinas, resultam numa poupança de trabalho humano. A questão é saber como se dará a repartição deste trabalho humano poupado: pelo desemprego ou pela redução da jornada.²⁹

A atual constatação do alongamento da jornada é inédita e inquietante. Na era da revolução digital e das teorias do fim dos empregos, menos se deveria despendar da mão-de-obra humana. O avanço tecnológico e o aumento na produtividade por ele gerado deveriam, a todos os efeitos, tornar possível a aplicação de jornadas menos extensas³⁰, afinal, menos horas são necessárias para se produzir a mesma quantidade (ou mais).

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ *Ibidem*.

²⁷ *Ibidem*.

²⁸ DAL ROSSO, Sadi. *Op. cit.*

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ AZNAR, Guy. **Trabalhar menos para trabalharem todos.**

O que se verifica, todavia, é que “enquanto uns labutam durante infindas horas, outros estão simplesmente privados de trabalho, à margem das ocupações remuneradas, são força de trabalho desnecessária, redundante, desempregos permanentes e continuados”³¹, de modo que se verifica o que AZNAR³² denomina fenômeno da repartição social ou, ainda, *sociedade dualista*.

Esse paradoxal contexto em nada traz benefícios à sociedade. As altas taxas de desemprego e a precarização das relações de trabalho causam desarranjos ao trabalhador e à própria economia. Para que se compreenda a atual conjuntura e, naturalmente, as atuais lutas pela redução da jornada de trabalho, é válido transcorrer, ainda que de maneira superficial, os meandros da jornada de trabalho e de sua relação com os agentes sociais ao longo da história.

1.2. DIALÉTICA VALIOSA: PANORAMA HISTÓRICO

As diversas manifestações da relação havida entre tempo e trabalho e, conseqüentemente, da extensão da jornada, variam de acordo com contextos específicos de determinadas épocas, moldando-se de distintas maneiras ao longo da história, a traçar, é certo, uma movimentação “complexa, não-linear nem homogênea”³³. A verificação histórica há de ser encarada neste trabalho como um “saber voltado para o presente”³⁴, com fins didáticos, “como instrumento de análise e de compreensão, que respeite a efetiva lógica da mudança, das contradições e das diacronias próprias do passado.”³⁵

Já que, como se disse, os questionamentos atinentes à limitação e redução da jornada de trabalho passam a fazer sentido a partir do momento quando surge o

³¹ DAL ROSSO, Sadi. **A redução da jornada e o emprego**, p. 7.

³² AZNAR, Guy. *Op. cit.*

³³ FONSECA, Ricardo Marcelo. **Modernidade e contrato de trabalho**: do sujeito de direito à sujeição jurídica, p.25.

³⁴ *Ibidem*, p.28.

³⁵ *Idem*.

que hoje se entende como sistema capitalista de produção, importa focar a verificação histórica a partir daí.

A aristotélica negação ao trabalho³⁶ deteriorou-se aos poucos com o advento das Reformas Protestante e Católica deflagradas durante o período pré-industrial de desenvolvimento das relações laborais. Esse é o cenário propício para uma mudança cultural e de mentalidade, onde os trabalhadores passam a perceber o trabalho como a própria finalidade da vida.

Nesse contexto de apologia ao trabalho, a invenção da máquina e sua aplicação à indústria deram luz ao sistema capitalista de produção, pelo que os meios de produção passaram a ser de propriedade exclusiva do empregador, que, sempre com fins a galgar o máximo possível de lucros, controla o tempo de trabalho da maneira que melhor lhe aprouver. O empregado, por deter tão somente sua força de trabalho, passa a vendê-la ao capital e, sem ter outra escolha, se subordina a jornadas controladas pelo ritmo das máquinas. Sobre o tema, se manifesta BELMONTE:

Com o regime capitalista, cujo modo de produção é baseado na acumulação e obtido por meio do trabalho, objetivando o lucro, o trabalhador perdeu definitivamente o controle do tempo gasto no processo produtivo. Ele passou a ser fixado pelo organizador dos meios de produção, o empresário interposto entre o trabalhador e o consumidor, atingindo o ápice a partir da primeira Revolução Industrial (1780-1830), que teve origem na Inglaterra, como decorrência do maquinismo e das novas técnicas de produção. A duração diária do trabalho chegou a atingir 14 horas e mais de 3.750 horas anuais, ou seja, o máximo da capacidade dos trabalhadores.³⁷

O contexto da Revolução Industrial preencheu-se pelas ideologias surgidas com a Revolução Francesa, em 1789, que deu luz ao liberalismo econômico, valorizando-se três princípios: liberdade, igualdade e fraternidade. A liberdade foi responsável por levar as relações de trabalho à plena autonomia contratual, despidas de qualquer interferência do Estado.³⁸

³⁶ O trabalho humano na sociedade pré-industrial se expunha como impróprio aos indivíduos pensantes, levando-se ao cume a máxima aristotélica de que o ócio seria necessário à criatividade. Razão outra não há para o fato de que aos escravos, considerados propriedade do seu senhor, eram dados serviços manuais e exaustivos, trabalho considerado desonroso para os homens válidos e livres. SÜSSEKIND, Arnaldo *et. al.* **Instituições de direito do trabalho.**

³⁷ BELMONTE, Alexandre Agra. Redução da jornada de trabalho. **Revista LTr**, p. 167.

³⁸ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao Direito do Trabalho.**

Essa exploração sistematizada e organizada deu origem à formação de duas classes antagônicas: a proletária e a capitalista. As fundamentais características do período são as projeções de uma sociedade individualista e do não intervencionismo estatal.³⁹

O Estado liberal, que assegurava apenas liberdade e igualdade formais, portava-se como mero espectador, de vez que inspirado na fórmula erigida pelos fisiocratas, apoiada por Adam Smith, do *laissez faire* [deixe que faça]. Deste modo, a classe capitalista, por deter a força do dinheiro, impunha ao proletariado, subjugado pela fome, a orientação que bem entendesse⁴⁰. Vale mencionar sobre Smith, entretanto, a título elucidativo, o argumento de MAÑAS:

*Smith, em A riqueza das Nações, de 1776, ainda que tenha se utilizado de um discurso favorável à liberdade econômica, tinha plena consciência do lado negro do mercado, pois reconhece que, à medida que o capitalismo se desenvolvesse, exigiria das pessoas a realização de tarefas cada vez mais especializadas. Assinala que a rotina embrutecia o espírito, tornando-se autodestrutiva, pois os seres humanos não mais controlariam seu tempo de trabalho.*⁴¹

Diante dos maiores abusos dos fortes contra os fracos, viu-se anulada a tão almejada liberdade. O Estado, mais do que simples assistente dos acontecimentos, passou a ser, sob o domínio do capitalismo liberal, um instrumento de opressão contra os menos favorecidos, afastando-se de sua missão de fazer inseparáveis o bem individual e o bem coletivo, negligenciando os interesses da sociedade. O legislador tomava medidas apenas para garantir uma igualdade jurídica que desaparecia diante da desigualdade econômica. A própria dignidade humana estava rebaixada diante da opressão econômica.⁴²

Os princípios da igualdade e liberdade bradados pelo liberalismo levaram o operário a ser abandonado pelo Estado, entregue à sua fraqueza, não passando de um simples meio de produção. Em face da ausência de regulamentação, e das exigências de produtividade, os trabalhadores eram submetidos a extensas jornadas

³⁹ MAGANO, Otávio Bueno. **Manual de direito do trabalho**: parte geral. 1 v.

⁴⁰ SÜSSEKIND, Arnaldo *et al.* *Op. cit.*

⁴¹ MAÑAS, Christian Marcello. *Op. cit.*, p. 54.

⁴² SÜSSEKIND, Arnaldo *et al.* *Op. cit.*

de trabalho em condições desumanas, de modo que o número de acidentes e doenças ocupacionais cresceu exponencialmente⁴³. As jornadas de trabalho eram levadas além do máximo da resistência normal humana⁴⁴. Em linhas gerais, a fase inicial do capitalismo, como diz DAL ROSSO, apresenta aumento das horas de trabalho, eis que marcada pelo processo de acumulação primitiva e da vigência da lei da mais-valia absoluta.⁴⁵

De acordo com o que informa DAL ROSSO, o ápice do tempo de trabalho é encontrado nos momentos imediatamente antecedentes ou em que se instauram as revoluções industriais, quando se atinge o limite biológico ou social, despertando resistência dos trabalhadores e de seus organismos representativos. Nestes momentos o trabalho absorvia e consumia todos os espaços da vida individual e articulava a vida coletiva.⁴⁶

Assinala BELMONTE que “a insatisfação generalizada com a precariedade das condições de trabalho levou a sucessivas revoltas e reivindicações operárias em torno da redução da jornada de trabalho e por melhores salários”⁴⁷. Nesse diapasão, a limitação da jornada de trabalho tornou-se uma das principais reivindicações dos movimentos operários⁴⁸, de modo que, a despeito da falta de clima propício ao desenvolvimento do Direito do Trabalho durante a política do liberalismo econômico, algumas leis desta natureza foram editadas. Não por acaso, referem-se em sua maioria, justamente à limitação da duração do trabalho.

A fase do apogeu do liberalismo se estende da Revolução Francesa, em 1789, que o consagrou politicamente, até 1848, quando seus pressupostos foram contestados pela revolução popular na França, e pela publicação do *Manifesto Comunista*, de Marx e Engels⁴⁹. A revolução de 1848 traduz-se como primeira

⁴³ SILVA, Alessandro da. *Duração do trabalho: reconstrução à luz dos direitos humanos*. In: Alexandre da Silva; Jorge Luiz Souto Maior; Kenarik Boujikian Felipe; Marcelo Semer (Coord.). **Direitos humanos: essência do Direito do Trabalho**.

⁴⁴ SÜSSEKIND, Arnaldo *et al.* *Op. cit.*

⁴⁵ DAL ROSSO, Sadi. **O debate sobre a redução da jornada de trabalho**.

⁴⁶ *Ibidem*.

⁴⁷ BELMONTE, Alexandre Agra. *Op. cit.*, p. 165.

⁴⁸ SILVA, Alessandro da. *Op. cit.*

⁴⁹ MAGANO, Otávio Bueno. *Op. cit.*

tentativa de organização dos trabalhadores em nível nacional, o primeiro ensaio de reformas sociais. O *Manifesto Comunista*, por seu turno, significou verdadeiro desafio ao liberalismo e à hegemonia burguesa. Sinalizou-se que a preservação do capitalismo dependia de concessões aos trabalhadores.⁵⁰

Notou-se que o choque entre o público e o individual punha em risco a própria estabilidade social. O individualismo passou a um plano secundário, ganhando realce especial o interesse social⁵¹. A partir desse momento, os grupos profissionais passaram a ser cada vez mais reconhecidos. Inaugurou-se uma fase de gradativo intervencionismo estatal. O reconhecimento do direito à associação profissional possibilitou o surgimento de corpos intermediários, o que deu à sociedade uma feição pluralista. Passaram a atuar o patronato de um lado, os trabalhadores unificados de outro lado, e o governo como mediador.⁵²

A mobilização dos trabalhadores em sindicatos tornou mais clara a necessidade de lei que os protegesse. O surgimento de um espírito sindical colaborou com a mobilização dos trabalhadores para pleitear os benefícios que lhes eram devidos⁵³.

Despontou, pois, a justiça social, contribuindo com as modificações em favor dos trabalhadores. O marxismo, pregando a união dos trabalhadores, desempenhou importante papel nestas mudanças⁵⁴. Ao Estado passou a caber a mediação de equilíbrio entre os diversos fatores da produção, tornando-se instrumento de justiça da sociedade, com fins a uma melhor repartição das riquezas, base do bem-estar social.⁵⁵

Em nome da solidariedade, substituiu-se a igualdade pura pela igualdade jurídica. O interesse coletivo se sobrepôs ao individual sem, no entanto, anular o indivíduo.

⁵⁰ *Ibidem*.

⁵¹ SÜSSEKIND, Arnaldo *et. al. Op. cit.*

⁵² MAGANO, Otávio Bueno. *Op. cit.*

⁵³ SÜSSEKIND, Arnaldo *et. al. Op. cit.*

⁵⁴ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Op. cit.*

⁵⁵ SÜSSEKIND, Arnaldo *et. al. Op. cit.*

Dentre as principais reivindicações dos trabalhadores, que colaboraram com a mencionada alteração da concepção política de gestão do Estado, surge o pleito pela limitação das jornadas excessivas e extenuantes às quais estavam submetidos⁵⁶. Nota-se que o trabalho excessivo depauperava a saúde do operário e que, isso, impediria a existência de um povo fisicamente forte. Daí dizer que o grande problema que primeiro prendeu a atenção dos juristas voltados para a questão do trabalho foi a necessidade de se limitar a jornada do trabalhador⁵⁷. Despontam, assim, as primeiras leis de um direito em formação, o Direito do Trabalho.⁵⁸

Diante da mobilização da classe operária com fins a galgar respeitabilidade e direitos, muitas foram as conquistas, as quais delineia-se brevemente a seguir.

Imposta a nova disciplina do tempo de trabalho, os trabalhadores passaram a lutar pela sua limitação, o que de fato se verifica nos ofícios mais bem organizados, onde a redução das horas de trabalho era proporcional aos avanços de associações de trabalhadores. É o que explica THOMPSON:

A investida, vinda de tantas direções, contra os antigos hábitos de trabalho do povo não ficou certamente sem contestações. Na primeira etapa, encontramos a simples resistência. Mas na etapa seguinte, quando é imposta a nova disciplina de trabalho, os trabalhadores começam a lutar, não contra o tempo, mas sobre ele. As evidências nesse ponto não são completamente claras. Mas nos ofícios artesanais mais bem organizados, especialmente em Londres, não há dúvida de que as horas eram progressivamente reduzidas à medida que avançavam as associações.⁵⁹

A redução da jornada só era possível em ofícios excepcionais e num mercado de mão-de-obra favorável. Conforme anuncia THOMPSON, o mesmo não ocorria em categorias menos mobilizadas, já que “nos ofícios desprezíveis e nos trabalhos fora da fábrica, as horas (quando havia trabalho) estavam provavelmente seguindo tendência oposta.”⁶⁰

⁵⁶ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Op. cit.*

⁵⁷ RUSSOMANO, Mozart Victor. *Op. cit.*

⁵⁸ SÜSSEKIND, Arnaldo *et. al.* *Op. cit.*

⁵⁹ THOMPSON, E. P. *Op. cit.*, p. 293.

⁶⁰ *Idem.*

Merecem realce, na Inglaterra, o *Health and Morals of Apprentices Act*, de 1802, que se prestou a limitar em doze horas o trabalho de crianças, e o *Factory Act*, de 1833, que, além de instituir a inspeção do trabalho, estabeleceu limitações à jornada. Nesse meio-tempo, marcante exemplo de limitação da jornada foi dado por *Robert Owen*, socialista utópico que reduziu para dez horas e meia a jornada em sua fábrica de fios na Escócia, o que gerou, em conjunto com outras ações assistenciais, o aumento da produtividade. Foi ele quem propôs ao Congresso *Aix-la-Chapelle*, em 1818, que houvesse um limite legal europeu à jornada de trabalho⁶¹. *Owen* responde a *Doherty*⁶², quando questionado do por que se fixar o máximo da jornada de trabalho em oito horas:

- 1) Porque é a mais longa duração do trabalho que a espécie humana – calculando pelo vigor físico médio e concedendo aos fracos o mesmo direito à vida que aos fortes – pode suportar, sem prejuízo para a saúde, conservado os homens inteligentes e felizes;
- 2) Porque as modernas descobertas em química e mecânica suprimem a necessidade de maior esforço físico;
- 3) Porque oito horas de trabalho e uma boa organização do trabalho podem criar superabundância de trabalho para todos;
- 4) Porque ninguém tem direito de exigir dos seus semelhantes um trabalho mais longo que o em geral necessário à sociedade, só com o fim de enriquecer à custa da pobreza alheia; e
- 5) Porque o verdadeiro interesse de cada um é que todos os seres humanos gozem saúde e sejam inteligentes, satisfeitos e felizes.⁶³

Na França, em 1840, a jornada de trabalho variava entre doze e dezesseis horas. Destaca-se a lei de 22 de março de 1841, que proibiu o trabalho de menores de oito anos e limitou também em doze horas diárias o trabalho de crianças entre oito e doze anos.⁶⁴

Nos EUA, em 1845, entre onze e treze horas. Por constituírem fenômeno generalizado, as longas jornadas de trabalho inspiraram, na Inglaterra, trabalhadores em seus grandes movimentos de protesto.

⁶¹ SILVA, Alessandro da. *Op. cit.*

⁶² “Doherty, que planejava a greve pela conquista das oito horas era membro da *Society for National Regeneration* – fundada por Robert Owen em 1833 – e, provavelmente por esta razão, pedia a Owen que resumisse os motivos ‘que militavam a favor da jornada de oito horas’”. SILVA, Josué Pereira da. **Três discursos, uma sentença: tempo e trabalho em São Paulo – 1906/1932**, p. 33.

⁶³ *Ibidem*, p. 34.

⁶⁴ MAGANO, Otávio Bueno. *Op. cit.*

A essa altura, os capitalistas já haviam notado que as jornadas elevadas e extenuantes implicavam em baixa produtividade. As mobilizações, em conjunto com o progresso técnico alcançado, permitiam a redução em nome do aumento da produtividade.⁶⁵

Em 1847 e 1848, respectivamente, na Inglaterra aprovou-se a lei que reduziu a jornada a dez horas, e na França adotou-se a norma que limitava a jornada a dez horas em Paris, e onze nas províncias.⁶⁶

No Brasil o processo de industrialização se instalou mais tarde do que na Europa, apenas no final do século XIX, graças à conjugação de fatores internos e externos favoráveis. De acordo com PINHEIRO, à criação de mão-de-obra, fundamental foi a abolição da escravidão e a entrada de trabalhadores imigrantes estrangeiros, de modo que se verificou uma ampliação do mercado interno e um impulso de urbanização, tornou-se operável, finalmente, a acumulação de capital. Insertos neste contexto, a força de trabalho barata, o custo reduzido das matérias primas, e as elevadas possibilidades de lucro no mercado de consumo em expansão, fizeram com que a economia do país se tornasse exuberante à fomentação do investimento externo, que já estava associado ao capital agrícola.⁶⁷

Para o autor:

A industrialização no Brasil teve o seu primeiro impulso no período que compreende o fim do século XIX, e isso graças à conjugação de fatores internos favoráveis relativos à mão-de-obra, ao mercado e à acumulação do capital. Tão importantes quanto esses foram os fatores externos cujos mecanismos podem ser compreendidos pela análise da substituição de importações.⁶⁸

No mesmo sentido ensina FAUSTO que, “a primeira etapa de formação da classe operária brasileira ocorreu a partir dos últimos anos do século XIX, ligada a um processo de transformações cujo eixo foi a expansão da economia cafeeira”⁶⁹, eis que, “as manifestações iniciais da atividade industrial na província de São Paulo,

⁶⁵ SILVA, Alessandro da. *Op. cit.*

⁶⁶ *Ibidem.*

⁶⁷ PINHEIRO, Paulo Sérgio de M. S. **Política e trabalho no Brasil: dos anos vinte a 1930.** 2ª ed.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 71.

⁶⁹ FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social: 1890 – 1920**, p. 13.

vinculam-se estreitamente às alterações introduzidas no interior da indústria cafeeira, a partir da extinção do tráfico externo de escravos, e à expansão urbana no interior da província”⁷⁰, ao que se soma a entrada de grande leva de imigrantes, que tiveram papel crucial no primeiro surto de industrialização, pois possibilitaram a ampliação do mercado de trabalho e de consumo, instigaram a inversão da poupança no setor comercial e industrial (e menos na agricultura, em função das dificuldades impostas ao acesso à propriedade), e pelo impulso dado ao crescimento da cidade de São Paulo (urbanização).⁷¹

A implantação de indústrias deparou-se com mão-de-obra pobre e desprovida de qualquer regulamentação. Houve alongamento da jornada (chegando a 3.600 horas/ano), abalroado por movimentos grevistas, deflagrados apenas em 1906, 1907, 1912 e 1917, em nome da redução da jornada.⁷²

Em 14 de maio de 1906 iniciou-se a principal greve ferroviária do Estado de São Paulo até então. Uma política de modernização na Companhia Paulista vinha afetando o nível de emprego e salário dos operários, representando medidas contra sua organização autônoma. Além disso, os trabalhadores denunciaram como razão da greve a quebra da antiga hierarquia profissional, a intensificação do trabalho e o congelamento dos salários. Apesar de todo apoio conseguido pelos ferroviários, em fins de maio entrou em derrocada o movimento. Os ferroviários da Mogiana⁷³ (que haviam entrado em greve de solidariedade) decidiram voltar ao trabalho em função das promessas de concessões que lhes foram feitas, tal como a jornada de oito horas, estabelecida a partir de janeiro de 1907. No início de junho os ferroviários da Paulista voltaram ao trabalho após alguns dirigentes grevistas serem despedidos e nenhum objetivo da paralisação ser alcançado.⁷⁴

Quase um ano mais tarde, em 03 de maio de 1907, a greve pelas oito horas de trabalho iniciou-se na construção civil, indústria metalúrgica e da alimentação, aderindo mais tarde ao movimento os gráficos, sapateiros, parte dos empregados da

⁷⁰ *Ibidem*, p. 15.

⁷¹ *Ibidem*.

⁷² DAL ROSSO, Sadi. *Op. cit.*

⁷³ Mogiana era outra companhia ferroviária do interior do Estado de São Paulo.

⁷⁴ FAUSTO, Boris. *Op. cit.*

limpeza pública e os têxteis. O movimento culminou em evidente distinção entre as pequenas empresas, que apresentaram disposição em conceder, e as grandes empresas, que demonstraram absoluta intransigência⁷⁵. Segundo FAUSTO:

Pequenas fundições, o ramo da construção civil obtém as oito horas espontaneamente ou após uma paralisação de alguns dias; o centro do conflito reside no ramo têxtil, e nas duas maiores metalúrgicas, impermeáveis às concessões. Às razões econômicas desta distinção, relaciona-se sobretudo com a construção civil, juntam-se outras de natureza social e ideológica.⁷⁶

O movimento de 1912, por seu turno, em 1º de maio teve comício em que eram bradados pelos canteiros, pedreiros, sapateiros e associações libertárias os lemas de organização dos trabalhadores e protesto contra a carestia de vida. Mais adiante, em fins de abril, surgiram as primeiras greves, deflagradas pelos operários da fábrica de calçados Clark, em busca de aumento do salário, da abolição do trabalho por peça, e, por fim, da jornada de oito horas. Os sapateiros obtiveram 10% de aumento nos salários e a jornada de oito horas e meia.⁷⁷

A greve paulista de julho de 1917 assumiu um sentido de “símbolo de uma mobilização de massas impetuosa, das virtualidades revolucionárias da classe operária, de organizações sindicais representativas, não contaminadas pela infecção burocrática. (...) abrindo com um imenso eco uma fase de ascensão do movimento operário”⁷⁸. Ao longo dos dias a greve se tornou total e violenta, chegando o número de grevistas a atingir a monta de 45.000. Dentre as solicitações do Comitê de Defesa Proletária estava a fixação da jornada em oito horas, com acréscimo de 50% nas horas extras⁷⁹. Apesar das promessas feitas pelos empregadores com a intenção de por fim à greve não haverem sido de fato cumpridas, os patrões foram obrigados a negociar com os trabalhadores, e passou-se a reconhecer o movimento operário como instância representativa.

⁷⁵ *Ibidem*.

⁷⁶ *Ibidem*, p. 148 – 149.

⁷⁷ *Ibidem*.

⁷⁸ *Ibidem*, p. 192.

⁷⁹ *Ibidem*.

Quanto aos avanços na questão da limitação e redução da jornada de trabalho, importante mencionar, ainda, a influência do Constitucionalismo Social, marcado pela inclusão de leis trabalhistas nas Constituições de alguns países, tais como o México, pela Constituição de 1917, e a Alemanha, com a Constituição de Weimar, de 1919. Ambas trazem como principais traços a melhoria das condições de trabalho⁸⁰. A vitória da revolução soviética na Rússia, em 1917, “leva os militantes das associações operárias a enfrentar a questão de uma ação política organizada”⁸¹. O Tratado de Versalhes, de 1919, trouxe inovações em relação à atenção dada pelas classes dominantes às questões operárias⁸².

O ideal da jornada de oito horas, acolhido em algumas legislações, tornou-se realidade na maioria dos países nas duas primeiras décadas do século XX, com o fim da primeira grande guerra mundial e a criação da OIT, sugerida pelo Tratado de Versalhes⁸³. Aliás, o principal ponto da ordem do dia da primeira Conferência realizada pela OIT, em 1919, foi justamente o problema da fixação da jornada de trabalho em oito horas ou da semana de quarenta e oito horas (Convenção nº 1).⁸⁴

O movimento operário no Brasil, nos termos do que aduz PINHEIRO, encontrou considerável dificuldade organizacional gerada pela “irregularidade do crescimento industrial brasileiro, dependente dos ciclos de fornecimento de bens de equipamento e matérias primas dos centros internacionais”⁸⁵, pelo fato de que “o proletariado industrial representava, na estrutura de emprego no Brasil em 1925, 12% da mão de obra global”⁸⁶, pelos preconceitos em relação à vasta e majoritária mão-de-obra estrangeira, pela repressão, más condições de trabalho e subsistência⁸⁷.

⁸⁰ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Op. cit.*

⁸¹ PINHEIRO, Paulo Sérgio de M. S. *Op. cit.*, p. 102.

⁸² *Ibidem.*

⁸³ MAGANO, Otávio Bueno. *Op. cit.*

⁸⁴ SÜSSEKIND, Arnaldo *et. al.* *Op. cit.*

⁸⁵ PINHEIRO, Paulo Sérgio de M. S. *Op. cit.*, p. 96.

⁸⁶ *Ibidem*, p. 100.

⁸⁷ *Ibidem.*

Na mesma linha, FAUSTO assinala ainda que, “do ponto de vista da formação da classe operária, a dispersão pesava como elemento negativo”⁸⁸, haja visto o fato de que grande parte das indústrias tinha logradouros afastados, no interior da província. Ademais, ainda no período de formação da classe operária brasileira, assinala-se como prejudicial a “composição étnica da classe, com predominância de estrangeiros”⁸⁹, e as “condições de oferta de força de trabalho e a sua absorção no sistema industrial”⁹⁰, pois a modernização do setor agrícola liberava grande contingente de mão-de-obra, o que, somado a abolição da escravidão e à imigração, gerava um “exército industrial de reserva”⁹¹, o que “contribuiu permanentemente para deprimir salários e reduzir o alcance das lutas operárias por melhores condições de existência.”⁹²

Apesar das dificuldades de mobilização da classe trabalhadora brasileira no início do século XX, as greves mencionadas supra, ainda que não tenham atingido o êxito esperado, demonstram que as condições ruins de trabalho levam os trabalhadores a se organizarem em reivindicações sem as quais jamais haveria melhorias. A condição de assalariados bradava como sentido comum à mobilização dos trabalhadores:

Sem subestimar o papel das divisões nacionais como elemento limitador da organização da classe operária, não penso entretanto que se deva privilegiá-lo em demasia. A condição de assalariado tendeu a predominar sobre a de estrangeiro, tanto no interior de cada grupo como em seu inter-relacionamento. Ao lado dos exemplos de divergências, ao menos no nível dos setores organizados, abundam as expressões de mútua solidariedade, particularmente em São Paulo, onde por muitos anos a Comuna de Paris, o 1º de maio são comemorados por oradores que se expressam em português, italiano, espanhol, e, por vezes, em alemão e francês.⁹³

⁸⁸ FAUSTO, Boris. *Op. cit.*, p. 16.

⁸⁹ *Ibidem*, p. 22.

⁹⁰ *Idem*.

⁹¹ *Ibidem*, p. 26.

⁹² *Ibidem*, p. 28.

⁹³ *Ibidem*, p. 37.

A concessão de espaços começou a aparecer apenas quando a repressão aos movimentos do início do século XX passou a ser repensada em função do aumento da mobilização da classe trabalhadora. Como assinala FONSECA:

Com a gravidade das reivindicações operárias nos anos de 1917 e 1919 (quando ocorreram importantes greves gerais de proporção nacional), a atitude truculenta da repressão começa a ser articulada com uma estratégia estatal de concessão de espaços aos trabalhadores.⁹⁴

A regulamentação e redução da jornada de trabalho só se tornam possíveis, enfim, graças à mobilização dos trabalhadores. As grandes greves gerais geraram receio e mostraram “(...) uma face dramática e assustadora para as classes dominantes (...)”⁹⁵. De modo que, como bem elucida FONSECA, “a regulamentação de questões como o trabalho feminino, a jornada máxima de trabalho, o direito de associação, etc., visava justamente amainar a agitação e as reivindicações operárias”⁹⁶. O mesmo autor conclui:

Em verdade, a regulamentação histórica das relações de trabalho pelo direito seguramente diminui as formas de controle disciplinar do patrão sobre o empregado, impondo alguns limites à arbitrariedade pura e desenfreada dos empregadores que era antes vigente. Negar essa evidência seria ignorar todo o processo de sofrimento e de luta histórica das classes trabalhadoras para melhorar suas condições de trabalho – pois elas também foram responsáveis pela instituição de limites jurídicos à sua dominação. O Direito do Trabalho, assim, pode ser considerado um acontecimento histórico importante na contenção do poder sobre os trabalhadores, cujas conquistas não podem ser negadas.⁹⁷

No que tange à legislação ordinária, nos anos de 1932 até 1934, diversos Decretos foram publicados com o objetivo de regular as jornadas das mais variadas categorias profissionais, limitando-as em, no máximo, oito horas. Os primeiros foram os Decretos ns. 21.186, de 22 de março de 1932, aprimorado pelo 22.033, de 29 de outubro do mesmo ano, e 21.364, de 04 de maio de 1932, limitando em oito horas a jornada de trabalho para o comércio e para a indústria, respectivamente.⁹⁸

⁹⁴ FONSECA, Ricardo Marcelo. *Op. cit.*, p.132.

⁹⁵ *Idem.*

⁹⁶ *Ibidem*, p.132.

⁹⁷ *Ibidem*, p.179.

⁹⁸ MAGANO, Otávio Bueno. *Op. cit.*

A Constituição de 16 de julho de 1934, em seu art. 121, § 1º, c, inseriu a regra de que a legislação ordinária deveria estabelecer “trabalho diário não excedente de oito horas (...)”. Na seqüência, a Constituição de 10 de novembro de 1937 não apresentou alterações relevantes sobre o tema da duração da jornada.⁹⁹

A OIT, até 1939, publicou as Convenções n. 1, 30, 31, 47 e 67, todas com o intuito de delimitar o tempo de trabalho de diversas categorias profissionais em, no máximo, oito horas diárias e 48 semanais, com exceção da Convenção n. 47, de 1935, a qual previa já a semana de quarenta horas¹⁰⁰. A Convenção n. 47 da OIT, se instaurou diante do quadro de desemprego e do fato de o progresso técnico da indústria justificar a redução da jornada. Este instrumento foi ratificado por apenas quatro países.

Toda a legislação esparsa brasileira do período foi sistematizada pelo Decreto-lei nº. 2.308, de 13 de junho de 1940, sucedido pela CLT, de 1º de maio de 1943.¹⁰¹

Matérias tais como períodos de descanso, trabalho noturno, quadro de horário e penalidades são regulamentadas pela legislação infraconstitucional, mais especificamente pela Consolidação das Leis do Trabalho, em seus arts. 57 a 75. Este mesmo diploma legal dispõe ainda sobre normas especiais voltadas a determinadas profissões, de modo que se efetiva a atenção do legislador ao fato de que há cargos e atividades que demandam jornadas especiais em função de seu grau de penosidade, significando zelo à saúde do trabalhador.

A título exemplificativo, as jornadas especiais determinadas pela CLT são aquelas aplicadas aos bancários (arts. 224 a 226); aos empregados no serviço de telefonia, de telegrafia submarina e subfluvial, de radiotelegrafia e radiotelefonía (arts. 227 a 231); aos operadores cinematográficos (arts. 234 e 235); aos ferroviários (arts. 236 a 247); à tripulação das embarcações da Marinha Mercante nacional, de navegação fluvial e lacustre, do tráfego dos portos e da pesca (arts. 248 a 252); ao pessoal de frigoríficos (art. 253); ao trabalho em minas e subsolo (arts. 293 a 298); aos jornalistas profissionais (arts. 303 a 309); professores (art. 318); ao trabalho das

⁹⁹ *Ibidem.*

¹⁰⁰ *Ibidem.*

¹⁰¹ *Ibidem.*

mulheres (arts. 373, 376 e 381) e ao trabalho dos menores (arts. 403 a 405, 411 a 414 e 433).

A CLT impõe em seu art. 351, vale frisar, penalidade na forma de multa ao descumprimento daquilo que estipula acerca das jornadas especiais, tamanho o cuidado do legislador para que os limites por ele estabelecidos sejam estritamente respeitados.

A Constituição de 18 de setembro de 1946 inseriu em seu art. 157, n. V, a seguinte redação: “duração diária do trabalho não excedente a oito horas, exceto nos casos e condições previstos em lei”.

Mais dispositivos sobre a limitação do tempo de trabalho estão presentes na legislação esparsa, como é o caso da Lei 605/49, que fixa critérios à remuneração dos períodos de descanso semanal com a inclusão do adicional de horas extras; Lei 3.270/57, que dispõe sobre cabineiros de elevadores; Lei 3.999/61, que trata de médicos e cirurgiões-dentistas; Lei 5.889/73, que dispõe sobre o trabalhador rural; Lei 6.354/76, sobre atleta profissional; Lei 5.533/78, sobre agrônomos, e, finalmente, Lei 6.533/78, sobre artistas.

Os dispositivos infraconstitucionais que visam regulamentar a duração do trabalho pautam-se no caráter tutelar do direito do trabalho, de modo que jamais imputam à classe que vive da venda da força de trabalho jornadas superiores ao limite constitucional, ou que lhes representem maior desgaste.

Nos termos do que manda o art. 444 da CLT e o princípio da norma mais favorável, caso contratos individuais de trabalho ou convenções e acordos coletivos estabeleçam normas mais benéficas ao trabalhador, devem ser atendidos em detrimento do que disciplinam a CLT, as leis esparsas e, até mesmo, a Constituição Federal.

Contundentes alterações não se verificam nas demais Cartas Magnas acerca da jornada de trabalho, até a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual, em seu art. 7º, reduz a duração semanal do trabalho de quarenta e oito para quarenta e quatro horas. A Constituição Federal de 1988 regulamenta o tema da duração do trabalho precipuamente em seu art. 7º, XIII, XIV, XVI e XXXIII, dispositivos que fixam, conforme bem entabula NASCIMENTO¹⁰², as noções de que: a duração do trabalho normal não pode ser superior a 8 horas diárias e 44

¹⁰² NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Op. cit.*, p. 166.

semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; para o trabalho em turnos ininterruptos de revezamento, assim entendido aquele em que, os turnos de trabalho não são fixados num mesmo período, alternam-se por períodos diferentes, a jornada é de 6 horas, salvo negociação coletiva; o adicional de horas extraordinárias deve ser de 50% no mínimo; e, finalmente, de proibição do trabalho noturno para menores de 18 anos de idade.

A redução de 4 horas semanais se deve, primeiramente, à greve dos trabalhadores metalúrgicos da região do ABC paulista, em 1985, pela redução da duração do trabalho a 40 horas semanais, pautada nos argumentos de necessidade de o operário ter mais horas à disposição para sua vida familiar, com maior controle sobre a organização do próprio tempo, e da criação de novos empregos.

Apesar de não ter atingido plenamente seu objetivo de redução para 40 horas, o resultado prático dessa imensa mobilização foi a assinatura de inúmeros acordos e convenções coletivas que estabeleciam duração semanal de até 44 horas. “Três meses após o encerramento da greve, cerca de 90% da categoria dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema passaram a trabalhar menos que 48 horas”¹⁰³.

A redução conseguida nos acordos entre empresas e trabalhadores indicou ao Congresso Constituinte de 1988 qual a duração de trabalho normal que a sociedade brasileira estava madura para adotar¹⁰⁴, o que demonstra cabalmente que a retração da jornada de trabalho relaciona-se intimamente com a mobilização e coesão dos trabalhadores. MINÉ coloca sobre o tema que, “a lei aplicável em matéria de tempo de trabalho é também resultado de um confronto entre as normas legais anteriores e os acordos coletivos concluídos. O legislador se inspira nestes acordos de diferentes maneiras[...]”.¹⁰⁵

Notório, por derradeiro, que as leis protetivas quanto à jornada de trabalho expressam-se como fruto das reivindicações e movimentos dos trabalhadores, de

¹⁰³ SILVA, Ilmar Ferreira et al. **A jornada de trabalho no Brasil: o debate e as propostas**, p. 11.

¹⁰⁴ DAL ROSSO, Sadi. *Op. cit.*

¹⁰⁵ Tradução livre para: “La loi applicable en matière de temps de travail est aussi le résultat d’une confrontation entre les normes légales antérieures et les accords collectifs conclus. Le législateur s’est inspiré de ces accords de différentes manières (...)”. MINÉ, Michel. **Droit du temps de travail**, p. 06.

modo que vieram a materializar suas conquistas em termos de dispositivos tutelares contrários às exposições extenuantes ao trabalho.

Expressões flexibilizadoras, por outro lado, da regulamentação da jornada, justo dizer, surgem em contextos nos quais se encontram desmobilizados os trabalhadores, provavelmente em função da ameaça do desemprego causada pela automação dos meios de produção e da grande articulação da classe patronal diante da globalização econômica. Exemplo marcante seria o banco de horas proposto pela lei 9.601/98, que autoriza a compensação de jornada em períodos de até doze meses, mediante negociação coletiva.

Demonstra-se que a história é dialética e que cada um de seus movimentos serve à formação de idéias das classes sociais. Da análise do caminho das lutas de classes, tem-se que a jornada só se limitou ou reduziu mediante intervenções organizadas dos trabalhadores, e não porque a economia ou tecnologia assim tenham espontânea e naturalmente possibilitado.

1.3. CONJUNTURA ATUAL: CENÁRIO CONTRADITÓRIO E PROPÍCIO

Não obstante toda evolução da economia nacional¹⁰⁶ e declínio dos indicadores de desemprego¹⁰⁷, as taxas de desocupação continuam preocupantes e merecem atenção, como também as condições de vida do trabalhador na atual fase de revolução técnico-científica e globalização, pois está exposto às mais diversas

¹⁰⁶ Matéria publicada no jornal O Estado de S. Paulo, no dia 08/08/2008, informa que “cresce (...) a faixa considerada de classe média - família com renda mensal entre R\$ 1.064 e R\$ 4.590 -, que, conforme o estudo, em abril deste ano já abrangia 51,89% das famílias dos trabalhadores das seis regiões metropolitanas. Quatro anos antes, apenas 44,19% das famílias dessas metrópoles eram consideradas de classe média. Também aumentou a fatia das famílias que compõem a elite dessas regiões - famílias com renda mensal superior a R\$ 4.591. Era de 11,59% do total em abril de 2003 e, quatro anos depois, passou para 15,52%”. Disponível na internet <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20080808/not_imp219735,0.php>. Acesso em 10 de agosto de 2008.

¹⁰⁷ A taxa de desemprego em seis regiões metropolitanas do País ficou em 14,8% em maio, ante a taxa de 15% registrada em abril e de 16,4% em maio de 2007, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) da Fundação Seade e do Dieese, divulgada em 25/06/2008. A taxa de desemprego é a menor para meses de maio desde 1998. Disponível na internet <http://ultimosegundo.ig.com.br/economia/2008/06/25/seadedieese_desemprego_em_6_capitais_cai_para_148_1389636.html>. Acessado em 10 de agosto de 2008.

naturezas de moléstias laborais ligadas à fadiga, fruto do trabalho empreendido à exaustão, nos moldes do que tem autorizado a flexibilização e conseqüente precarização das relações laborais.

Corolário direto da descompensação migratória, o desemprego passou a tender para a massificação permanente e ser considerado estrutural, caracterizando-se por não escolher, com razoável critério, entre o trabalhador de excelente qualificação e o braçal.¹⁰⁸

No início do século XX a fixação da jornada de trabalho em oito horas foi já fruto da automação dos meios de produção e, acima de tudo, das lutas operárias. O trabalho dentro deste lapso temporal mantinha os altos níveis de lucratividade capitalista¹⁰⁹. Todavia, no século XXI, em plena revolução digital, as técnicas produtivas têm se aperfeiçoado ainda mais e surpreendido a todos, na medida em que cada vez mais as máquinas substituem a mão-de-obra e, por outro lado, geram consideráveis aumentos de produtividade.¹¹⁰

A revolução tecnológica expressa pela informática e pela automação, ao possibilitar a substituição de mão-de-obra por equipamentos, tem como conseqüência o crescente desemprego, o que dá azo às teses do fim dos empregos, assinadas por, a título exemplificativo, Jeremy Rifkin, para quem a solução estaria no “terceiro setor” (de serviços) e na redução da jornada. Guy Aznar, na mesma linha, alega ser necessário “redistribuir o emprego”. André Gorz segue dizendo que a redução da jornada deve acontecer por meio de planejamento estratégico e acordos entre empregados e empregadores.¹¹¹

Vive-se num momento em que a alta tecnologia se preocupa com a máquina, veículo apto a atingir a perfeição do produto, mas não se preocupa com o homem, peça cada vez mais dispensável para a realização do processo.¹¹²

A crescente e intensa automação dos meios de produção, propiciada pelo desenvolvimento tecnológico e digital, possibilita a reorganização do cosmos

¹⁰⁸ PINTO, José Augusto Rodrigues. **O direito do trabalho e as questões do nosso tempo.**

¹⁰⁹ SILVA, Alessandro da. *Op. cit.*

¹¹⁰ *Ibidem.*

¹¹¹ DAL ROSSO, Sadi. *Op. cit.*

¹¹² PINTO, José Augusto Rodrigues. *Op. cit.*

empresarial. O menor esforço humano necessário à produção tem sido traduzido, por um lado, em longas jornadas aos que trabalham e devem operar as máquinas ou coordenar a sua operação, pelo que se estima que 22% da população mundial (cerca de 614,2 milhões de trabalhadores)¹¹³ trabalhe em jornadas excessivas e, por outro, em um grande vazio social ecoado pelo desemprego dos que estão marginalizados por este sistema, sem postos de trabalho e substituídos pela infatigável tecnologia. O que se pode verificar é a desequilibrada situação de aumento do tempo de trabalho dos que tem emprego, e a inatividade forçada de grandes massas de desempregados.¹¹⁴

A relação intimamente ostensiva entre tempo de trabalho e valor se relativiza quando pensada nos atuais moldes do sistema de produção capitalista. Nos termos do que assinala FONSECA¹¹⁵, no sistema capitalista que tem como padrão de produção a indústria, o tempo de trabalho é o critério por excelência de medida do valor, enquanto, em mão contrária, quando a invenção, o conhecimento, a ciência e a tecnologia passam a protagonizar, no sistema produtivo, a estreita relação havida entre quantidade de trabalho e produção de valor se quebra, e eis que a quantidade de trabalho necessária à produção do valor é reduzida. Nas palavras do autor:

De todo modo – e é esse o ponto que aqui cabe sublinhar – o fato é que a relação entre trabalho e valor se altera profundamente nesse novo cenário do capitalismo. Enquanto num sistema capitalista onde o padrão da produção é a indústria (ou seja: no sistema vigente no momento de edição da nossa CLT) o tempo de trabalho é por excelência o critério de medida do valor, por outro lado vemos que num sistema em que a invenção, o conhecimento, a ciência e a tecnologia são os principais agentes do capitalismo e de produção, a quantidade de trabalho despendido é cada vez menos o índice da produção do valor. Ou seja, nas novas formas assumidas pelo sistema capitalista a relação entre quantidade de trabalho e produção de valor é *cindida*.¹¹⁶

AZNAR aduz que o fato de a revolução tecnológica permitir que se produza a mesma quantidade de mercadorias em menos tempo “pode ser transformado em

¹¹³ LEE, Sangheon; McCANN, Deidre; MESSENGER, Jon C. **Working time around the world: trends in working hours, laws, and policies in a global comparative perspective.**

¹¹⁴ SILVA, Alessandro da. *Op. cit.*

¹¹⁵ FONSECA, Ricardo Marcelo. Transformações do trabalho e reforma trabalhista. In: Sidnei Machado; Luiz Eduardo Gunther. (Org). **Reforma Trabalhista e Sindical: o Direito do Trabalho em perspectiva.**

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 19

boa nova fabulosa ou em catástrofe abominável”¹¹⁷. Para o autor, a boa nova é que se torna possível a repartição do tempo destinado à produção sem que seja preciso diminuir os salários; a catástrofe abominável, por outro lado, se demonstra pela repartição social, ou *sociedade dualista*, como chama o autor, em que se verifica, afinal, que “a metade das pessoas trabalha muito e a outra metade não faz nada.”¹¹⁸

O aumento da produtividade tem sido conduzido da maneira mais nociva possível em termos de equilíbrio à sociedade. Ao invés de gerar a possibilidade da redução da jornada de trabalho, tem dado margem ao aumento do desemprego mediante a elevação da jornada dos que continuam empregados. Sobre o tema se posiciona CALVETE:

O crescimento da produtividade do trabalho, independentemente de suas causas, gera a diminuição do trabalho socialmente necessário. Essa diminuição pode se transformar em desemprego, criando um grave problema social, ou em diminuição da jornada de trabalho, conformando uma nova sociedade, onde todos terão, simultaneamente, trabalho e mais tempo livre.¹¹⁹

Menciona-se, ainda, que com a crise deflagrada no início dos anos da década de 1970, causada precipuamente pela questão do petróleo, começou a entrar em derrocada o então conquistado modelo intervencionista do Estado de Bem-Estar social, questionado pelos adeptos do liberalismo econômico.

Esse quadro de aumento do desemprego em função do progresso tecnológico num contexto de neoliberalismo alia-se, ainda, a mais um agravante das condições de qualidade do trabalho e empregabilidade. Trata-se da globalização e da competitividade internacional, as quais fomentam a gana pelo aumento da produtividade mediante dispêndio do menor custo possível, o que importa numa alteração na organização, estrutura e nos processos produtivos. É o que ensina BELMONTE:

A concorrência entre os países para o oferecimento de produtos e serviços a preços competitivos no mercado terminou restringindo a margem de manobra dos Estados, que deixaram de garantir o pleno emprego. O desemprego tornou-se estrutural pela incapacidade estatal de oferta de alternativas à absorção de mão-de-obra. As multinacionais, geradoras de

¹¹⁷ AZNAR, Guy. *Op. cit.*, p. 24.

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 25.

¹¹⁹ CALVETE, Cássio da Silva. *Op. cit.*, p. 01.

uma infinidade de empregos e de arrecadação maior do que muitos países, se instalam e se mudam para os locais que oferecem melhores condições. As circunstâncias atuais propiciam a precarização das condições de trabalho, fazendo surgir uma nova Questão Social.¹²⁰

Em função da redução do trabalho socialmente necessário gerado pelo desenvolvimento tecnológico e pelo grande interesse empresarial em reduzir custos, principalmente com mão-de-obra, a teoria segundo a qual a globalização e a revolução tecnológica tenderiam a eliminar gradualmente o trabalho ganhou força. Dá-se margem, por conseguinte, à argumentação favorável aos mecanismos de flexibilização do Direito do Trabalho¹²¹ como suposta maneira de modernizá-lo e preservar-se o emprego no país de maneira menos nociva à produtividade, mantendo o poder de compra e, conseqüentemente, os níveis de consumo da população, encalacrando as relações de trabalho no que se chama de *dumping social*. Mais uma vez se manifesta BELMONTE em sentido ora elucidativo ao dizer:

O desemprego estrutural termina por levar ao *dumping social* (aceitação de trabalho abaixo do preço real), ao trabalho informal e ao trabalho ilícito, sem falar na exclusão social. No Brasil, o chamado mercado informal já corresponde à maioria dos postos de trabalho, quer em razão do desemprego causado pela automatização, globalização e falta de cultura, quer em virtude dos elevados encargos trabalhistas (elevados para o empregador e para o empregado) e que não retornam às empresas e empregados sob a forma de benefícios, estimulando a sonegação e contratação informal.

Como decorrência do desemprego e da estagnação econômica, surgiram propostas flexibilizadoras das condições de trabalho, para torná-las mais dispositivas e menos imperativas, dentre elas a redução da jornada de trabalho, que passou a ser defendida como alternativa ao desemprego.¹²²

As últimas décadas marcaram-se pela regressão das condições do mercado diante da forte pressão pela flexibilização e desregulamentação das relações de trabalho, o que, somado à negligência estatal materializada pela falta de fiscalização, permitiu um crescimento sem precedentes das relações precárias de trabalho.

Vale dizer, no que tange ao tempo de trabalho, sua reorganização transcende a mera redução da jornada. A flexibilização dá azo à extensão do

¹²⁰ BELMONTE, Alexandre Agra. *Op. cit.*, p. 167.

¹²¹ SILVA, Alessandro da. *Op. cit.*

¹²² BELMONTE, Alexandre Agra. *Op. cit.*, p. 167.

trabalho, compensação de horários, recurso ao trabalho em tempo parcial, vida fora do trabalho, família, sociedade etc¹²³. Argumenta-se que a maleabilidade da jornada traz benefícios ao empregado, o qual pode aumentar o seu convívio social e tempo de descanso quando a empresa em que trabalha necessitar menos de sua força de trabalho, de modo que o trabalhador se sujeita a sazonalidades, guiadas pelo mercado, de mais ou menos trabalho, com menores ou mais longas jornadas de trabalho. Neste prisma se manifesta CALVETE:

Nos dias de hoje, a flexibilização das relações trabalhistas tem buscado a individualização das relações de trabalho, o controle do tempo do trabalhador de forma unilateral, a intensificação do ritmo do trabalho e o aumento da extensão do período de atividade do trabalhador individual e também coletivo. As novas formas de organização do trabalho são utilizadas para aumentar a produtividade e reduzir custos, mas também servem para quebrar a capacidade de resistência dos trabalhadores.¹²⁴

A não intervenção do Estado na regulamentação do tempo de trabalho aos defensores da flexibilização seria uma maneira de se assegurar que a possibilidade de negociação coletiva impedisse dispensas em massas nos períodos de baixa demanda do mercado, de vez que nessas épocas torna-se possível ao empregado compensar as longas horas extras que laborou nos períodos de alta demanda.

Sobre as transformações patentes do atual momento social, manifesta-se NASCIMENTO:

Assiste-se, o que é muito claro, às transformações do mundo das relações de trabalho, numa sociedade que produz mais, com pouca mão-de-obra. A tecnologia mostrou o seu lado cruel: a substituição do trabalho humano pelo software; a desnecessidade, cada vez maior, de um quadro numeroso de empregados para obter os mesmos resultados, com redução da demanda de trabalhadores; a informalização e a robótica como principais fatores do crescimento da produtividade; o aumento do desemprego e do subemprego em escala mundial (...).¹²⁵

Ao contrário do que supôs o ideário neoliberal, contudo, a flexibilização não fez com que a taxa de desemprego reduzisse na história brasileira recente. O que se verifica é que a referida taxa mais que dobrou. De 1989 a 1999 passou de 8,7% para

¹²³ MAÑAS, Christian Marcello. *Op. cit.*

¹²⁴ CALVETE, Cássio da Silva. *Op. cit.*, p. 5.

¹²⁵ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Op. cit.*, p. 27.

19,3% a taxa média anual de desempregados no país¹²⁶. Dados colhidos junto ao IBGE¹²⁷ atestam que o salário médio dos empregados de R\$ 363,00, no ano de 1992, teve um módico aumento nos cinco anos seguintes, passando para R\$ 481,00 em 1997. O rendimento médio dos empregadores, por outro lado, apresentou elevação deveras mais marcante, passando, no mesmo período, de R\$ 1.084,00 para R\$ 1.743,00.

Diante do desemprego causado pela crescente automação dos meios de produção e da reorganização produtiva possibilitada também pelas políticas de flexibilização e desregulamentação das relações de trabalho, subscreve-se a manifestação da OIT no sentido de assinalar que o desemprego se incrementou por dois motivos: a) pela velocidade do progresso tecnológico, que intensificou a competição do comércio mundial e determinou a redução dos empregos; b) pelo exagero do neoliberalismo, que gerou facilidades para as despedidas e fomentou as políticas de flexibilização do direito do trabalho.¹²⁸

Ressalta-se, finalmente, que a precarização das condições de trabalho no que tange a sua duração demonstra-se pelo fato de que, apesar de a Constituição Federal de 1988 haver determinado limite máximo de 44 horas à duração semanal do trabalho, o tempo despendido com atividades relacionadas ao trabalho é bem superior à jornada legal, o que ocorre em decorrência de necessidades extras surgidas em função da reestruturação do trabalho. Por medo do desemprego, os empregados têm se submetido a essas novas exigências. Nos dizeres de MENDONÇA:

Evidentemente, o capital soube superar mais um dos limites que lhe foi imposto e assim os reflexos da redução da jornada de trabalho consagrada na Constituição Federal de 1988, foram minorados – senão anulados - por práticas econômicas e legislativas que priorizaram a precarização das relações de emprego, a fragmentação da solidariedade de classe e, especialmente, a prática comum de trabalho suplementar pautado em

¹²⁶ DIEESE. **Porque reduzir a jornada de trabalho?**

¹²⁷ Dados disponíveis na internet: http://www.ibge.com.br/home/estatistica/populacao/mapa_mercado_trabalho/comentarios.pdf. Acesso em 25 de agosto de 2008.

¹²⁸ SÜSSEKIND, Arnaldo *et. al.* *Op. cit.*

regimes ineficazes e impróprios de compensação de jornada (9.601/1998 e a Medida Provisória nº 2.164-41/2001).¹²⁹

De acordo com dados publicados pelo DIEESE, somando todo o tempo dedicado ao trabalho, observa-se que sobra pouco tempo livre, pois:

- a) a realização de horas extras atinge um longo período por semana;
- b) o tempo de deslocamento/transporte aumenta em função de mudanças como crescimento das cidades e a migração dos trabalhadores para as periferias;
- c) há necessidade de atividades de qualificação e são raros os casos em que este tempo é remunerado como tempo de trabalho;
- d) pode haver um segundo trabalho, seja emprego por tempo parcial ou como autônomo, devido à redução da remuneração fixa;
- e) aumenta a execução de tarefas fora do local de trabalho, o que é facilitado pela utilização do carro, celular, *notebooks* e internet, possibilitando que os empregados sejam acionados a qualquer momento do dia e da noite e em qualquer local;
- f) há necessidade de soluções para o processo de trabalho, principalmente a partir da ênfase dada à participação dos trabalhadores, que os leva a permanecer “plugados” no trabalho mesmo estando distante da empresa.¹³⁰

Esta expropriação do tempo livre se dá como consequência das manobras realizadas pelo capital em torno das conquistas da classe trabalhadora por redução de seu tempo de trabalho, as quais, ainda segundo o DIEESE, se demonstram pela difusão e realização de horas extras; pela intensificação do tempo contido na jornada de trabalho via inovações tecnológicas e organizacionais; e pela já mencionada flexibilização do tempo de trabalho, o que guia ao aumento da extensão e da intensidade do trabalho.

É a desesperança em relação à capacidade da economia de gerar mais empregos que faz prosperar o debate sobre alternativas de redução da jornada e partilha das atividades.¹³¹

Há registros datados da virada do século XX para o século XXI de empresas de São Paulo, em sua maioria do setor metalúrgico, que aderiram a acordos de redução da jornada de trabalho precipuamente em função de pressões dos trabalhadores ou iniciativa dos sindicatos. A avaliação geral das empresas, muito

¹²⁹ MENDONÇA, Ricardo Nunes de. **A redução da duração do trabalho na nova ordem econômica e social brasileira**, p. 18.

¹³⁰ DIEESE. **Redução do tempo de trabalho no Brasil**, p. 7 – 8.

¹³¹ DAL ROSSO, Sadi. *Op. cit.*

válido frisar, foi positiva em oito dos nove casos estudados¹³². Entre as vantagens criadas pela redução da jornada de trabalho:

O aumento de produtividade dos trabalhadores foi citado em pelo menos cinco empresas, ou porque há maior “dedicação ao trabalho”, ou porque estariam mais “descansados”, ou por haver diminuído o absenteísmo. (...) Outro fator apontado para avaliação positiva da empresa foi a ausência de prejuízos financeiros. (...) Para outras duas empresas, a adoção da RJT teria melhorado a imagem da empresa perante os trabalhadores: “[...] O trabalhador passou a ter consciência de que trabalha numa empresa que aderiu às 40 horas, que valoriza o bom relacionamento com os trabalhadores, o sindicato...” (Supervisor administrativo de pessoal, empresa M). “[Esta empresa] é mais bem vista que as outras empresas por causa disso – por manter uma jornada reduzida há cinco anos [...] Ela acha que isso é um incentivo aos empregados.” (Departamento pessoal, empresa G) (...) Em relação ao ambiente de trabalho e à reação dos trabalhadores à RJT aplicada, cinco empresas manifestaram-se com avaliações positivas.¹³³

Assim sendo, volta-se a vislumbrar a redução da jornada de trabalho como medida estrutural de combate ao desemprego, pensada para sanar a atual situação de desequilíbrio e precarização. A mágica evolução da tecnologia geradora de incrível aumento na produtividade, paradoxalmente, não tem trazido melhores condições de vida a maior parte da população, que, ou se sujeita a longas jornadas guiadas aleatoriamente pelas intempéries do mercado, ou encontra-se marginalizada pelo desemprego estrutural.

Atualmente, a discussão da RJT ressurgiu no país em virtude das condições macroeconômicas. Por um lado, as altas taxas de desemprego e a predominância do desemprego estrutural tornam necessárias a tomada de medidas estruturais no combate ao desemprego. Por outro lado, as baixas taxas de inflação, o crescimento econômico e os ganhos de produtividade configuram o ambiente adequado para a adoção da medida. Ainda no plano macroeconômico, a RJT é um meio de combater o desemprego com baixo risco monetário, fator importante, tendo em vista o trauma causado na sociedade com os longos períodos vividos sob o signo da inflação. No plano microeconômico, a recente reestruturação produtiva pela qual passaram a maioria das médias e grandes empresas intensificou o ritmo de trabalho, tornando necessário um maior período de descanso. Por isso tudo, a RJT reaparece com força, como uma ferramenta para o combate ao desemprego.¹³⁴

¹³² GRAZIA, Giuseppina de. **Tempo de trabalho e desemprego: redução da jornada e precarização em questão.**

¹³³ *Ibidem*, p. 214 – 215.

¹³⁴ CALVETE, Cássio da Silva. *Op. cit.*, p. 6 – 7.

Acerca da atual luta pela redução da jornada de trabalho, se manifesta MENDONÇA:

E se assim o é, é possível concluir que não é a “flexibilização neoliberal” das relações de emprego o caminho para o desenvolvimento socioeconômico do país. Aliás, ao contrário, o desenvolvimento de um Direito do Trabalho – que, repita-se é criação capitalista e, portanto, de caráter ambivalente – eficaz, pautado em legislação protetiva e instituições ativas e eficientes é que se afigura como solução. A adoção de políticas públicas – legislativas e judiciárias – que permitam a redução da duração do trabalho, a conseqüente melhoria das condições de vida e renda do trabalhador, além da potencial criação de 2,2 milhões de novos postos de trabalho, segundo estimativa do DIEESE são extremamente relevantes para o desenvolvimento.¹³⁵

Emprega-se à atual luta pela redução da jornada de trabalho roupagem nova. Nos séculos anteriores, o debate acerca da redução justificava-se pela busca de condições melhores de vida e mais seguras de trabalho, lutando-se contra as absurdamente extensas jornadas que eram caminho certo aos acidentes e doenças do trabalho. Muito mais do que melhores condições de vida e maiores períodos de descanso, o que ora se pretende é o equilíbrio social via combate ao desemprego. Uma das primeiras propostas relativas à política de redução da jornada de trabalho como instrumento para gerar empregos foi lançada pelos economistas italianos Cacace, Frey e Morese (1978), tematizada no livro *Lavorare meno per lavorare tutti*¹³⁶. Hoje, a luta pela redução da jornada de trabalho se exterioriza primordialmente como instrumento de criação de novos postos de trabalho. É o que exprime o DIEESE:

Ao longo da história, a luta pela redução do tempo dedicado ao trabalho teve diversos focos. Num primeiro momento foi a luta pela sobrevivência. Depois, durante um longo período, o objetivo era mais tempo livre, ou seja, a conquista de uma vida melhor. Hoje a redução da jornada de trabalho tem como objetivo a luta contra o desemprego, o que significa um retrocesso em termos históricos, porque se volta à luta pela sobrevivência.¹³⁷

No afã de se conquistar o reequilíbrio social via criação de empregos é que os trabalhadores, mais uma vez, se mobilizam pela redução da jornada de trabalho sem redução dos salários.

¹³⁵ MENDONÇA, Ricardo Nunes de. *Op. cit.*, p. 24-25.

¹³⁶ DAL ROSSO, Sadi. *Op. cit.*

¹³⁷ DIEESE. **Reduzir a jornada de trabalho é gerar empregos de qualidade**, p. 04.

1.4. LUTA QUE NÃO CESSA: REDUÇÃO DO TEMPO DE TRABALHO NO SÉCULO XXI

Como visto até aqui, o tema que trata da jornada de trabalho envolve antagônicos interesses das classes sociais, de modo a tratar-se de questão não apenas econômica, mas política, sujeita a variações de acordo com a correlação de forças que se trava na sociedade em diferentes momentos históricos.

A duração de 44 horas semanais há anos constitui princípio constitucional do direito do trabalho, fruto de conquistas galgadas desde o início da luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho. Hoje, porém, o desenvolvimento do processo tecnológico aplicado à produção e unido aos altos índices de desemprego e à precarização das relações de trabalho, permite que se pense a redução deste limite, de vez que, paradoxalmente, enquanto milhões de brasileiros encontram-se à margem do mercado de trabalho, os que estão empregados trabalham longas e extenuantes jornadas.

Mais uma vez se mobilizam os trabalhadores. Com a intenção de intervir neste quadro de desequilíbrio é que as Centrais Sindicais Brasileiras (Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Força Sindical, a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) e a União Geral dos Trabalhadores (UGT)) decidiram unificar ações por meio da Campanha Nacional do Abaixo-Assinado pela Redução da Jornada de Trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem redução de salários. A intenção é coletar ao menos 1,5 milhões de assinaturas para pressionar os senadores e deputados federais a aprovarem a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 393/2001, de autoria dos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Inácio Arruda (PCdoB-CE).¹³⁸

¹³⁸ CUT. **Redução da jornada e integração latino-americana são as bandeiras de luta do 1º de maio internacional da CUT, em Foz do Iguaçu.** Boletim Eletrônico da CUT Paraná – Ano V – nº 435 – 29 de abril de 2008.

Com guarida, importa ressaltar, na Recomendação nº. 116¹³⁹ da OIT, a atual proposta de redução da jornada de trabalho, de acordo com dados publicados pelo DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, tem o potencial de criar cerca de 2,2 milhões¹⁴⁰ de novos postos de trabalho. Surge como forma de se alterar em nível nacional a jornada de trabalho máxima com a intenção de criar novos postos de trabalho, melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores, tanto pela disposição de maior tempo livre quanto pela manutenção de seu poder aquisitivo.

Com a intenção de criação de novos postos de trabalho, brada-se o mote “trabalhar menos para trabalharem todos”, busca-se a redistribuição do aumento de produtividade hoje atingido.

A seguir desenvolve-se análise dos aspectos fáticos da contemporânea proposta de redução da jornada de trabalho no Brasil. Cabe verificar sua viabilidade mediante avaliação dos impactos sociais que geraria na saúde pública, na economia e nos moldes de gestão política que têm sido adotados pelo Estado. Far-se-á, ainda, verificação da situação francesa, eis que a França, por ter fixado a duração semanal do trabalho em 35 horas na última década, tem servido de paradigma a todo o mundo.

¹³⁹ A Recomendação nº 116 da Organização Internacional do Trabalho sugere que a duração semanal do trabalho não ultrapasse 40 horas: “by indicating practical measures for the progressive reduction of hours of work, taking into account the different economic and social conditions in the different countries as well as the variety of national practices for the regulation of hours and other conditions of work; by outlining in broad terms methods whereby such practical measures might be applied; and by indicating the standard of the forty-hour week, which principle is set out in the Forty-Hour Week Convention, 1935, as a social standard to be reached by stages if necessary, and setting a maximum limit to normal hours of work, pursuant to the Hours of Work (Industry) Convention, 1919, adopts this twenty-sixth day of June of the year one thousand nine hundred and sixty-two, the following Recommendation, which may be cited as the Reduction of Hours of Work Recommendation, 1962 (...)”

¹⁴⁰ DIEESE. **Reduzir a jornada de trabalho é gerar empregos de qualidade**. Nota Técnica nº 57, de novembro de 2007. Disponível na internet: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec57JornadaTrabalho.pdf>>. Consulta em 19 de agosto de 2008.

2. ASPECTOS FÁTICOS DA REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

Você que atende ao apito de uma chaminé de barro
 Porque não atende ao grito
 Tão aflito
 Da buzina do meu carro
 Você no inverno
 Sem meias vai pro trabalho
 Não faz fé no agasalho
 Nem no frio você crê
 (...)

 Mas você não sabe
 É que enquanto você faz pano
 Faço junto do piano
 Estes versos pra você

Noel Rosa

A pesquisa demonstra que, em praticamente todas as clássicas obras dos maiores educadores de Direito do Trabalho do Brasil, a limitação e até mesmo a redução da jornada laboral conta com três aspectos: um de índole econômica, outro de caráter social, e um terceiro e último voltado a questões biológicas.

O fundamento de *natureza biológica* se expressa pela fácil constatação de que a limitação do tempo trabalho visa combater os problemas psicofisiológicos oriundos da fadiga e da excessiva racionalização do serviço, objetivando, primordialmente, tutelar a integridade física do obreiro, pois a longa jornada é fator gerador de estresse que, a par do desgaste para o organismo, é responsável pelo absenteísmo, pela rotatividade de mão-de-obra e por acidentes de trabalho. As normas jurídicas que visam regulamentar a duração do trabalho assumem, portanto, caráter de normas de saúde pública. É o que prospecta DELGADO:

Noutras palavras, as normas jurídicas concernentes à duração do trabalho já não são mais – necessariamente – normas estritamente econômicas, uma vez que podem alcançar, em certos casos, a função determinante de normas de saúde e segurança laborais, assumindo, portanto, o caráter de normas de saúde pública.¹⁴¹

¹⁴¹ DELGADO. Maurício Godinho. *Op. cit.*, p. 831.

O *caráter social* da limitação do tempo de trabalho é o que permite ao trabalhador inserir-se na coletividade pelo lazer, cultura ou atividades físicas, aprimorando seus conhecimentos e convivendo com a família.

O fundamento de *índole econômica*, que possui forte conotação *política*, também se faz presente no que tange à limitação da jornada laboral, porquanto serve de antídoto ao desemprego e acarreta, pelo combate à fadiga, um rendimento superior na execução do trabalho, significando aumento de produtividade¹⁴², pois o empregado descansado produz mais e de maneira melhor aprimorada.¹⁴³

O debate acerca da redução da jornada de trabalho sem a correspondente redução salarial, proposto como ferramenta de combate ao desemprego estrutural ligado à revolução tecnológica, responsável pela automação e conseqüente reorganização dos meios de produção, justamente por envolver ânimos diversos e, no mais das vezes, antagônicos das classes sociais, cria cenário polêmico embotado pelas críticas e mitos a seguir brevemente explorados.

2.1. FUNDAMENTOS DE ÍNDOLE SOCIAL E BIOLÓGICA

Vale dizer, é certo, que a redução em tela se destaca como alvo de críticas precipuamente no que tange a seus aspectos econômicos, os quais possuem forte implicação política, eis que no quesito saúde parece incontroverso que os benefícios seriam praticamente imensuráveis.

Ora, parece de fácil conclusão a premissa de que o sujeito submetido à jornada de trabalho menos extensa, de limitação precisa, se vê mais descansado e distante das moléstias acessórias ao estresse laboral, tais como depressão e síndromes das mais diversas, de modo que produz mais e melhor. MORAES, aliás, já apontou, em 1905:

A observação e a experimentação têm demonstrado que tudo que perturba a atenção diminui a energia do movimento e demora o tempo da reação

¹⁴² SÜSSEKIND, Arnaldo et. al. *Op. cit.*

¹⁴³ BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de direito do trabalho.**

nervosa. Sob a ação da fadiga, os movimentos são menos enérgicos. (Os Gregos não estabeleciam, na sua língua tão bem dotada, nenhuma distinção entre *dor* e *fadiga*: - quem o notou foi Cícero). Juntando-se a fadiga e outras condições suscetíveis de deprimir a nutrição, como a falta de ar respirável, o excessivo calor ou frio intenso, a falta de alimentação sadia, etc., é de imaginar como se deprime a energia humana e como essa depressão orgânica reage na produção industrial.¹⁴⁴

Em ambiente povoado por trabalhadores saudáveis, destarte, os índices de absenteísmo e infortunistas do trabalho, que no mais das vezes são frutos da fadiga, diminuem drasticamente. Nestes termos, DELGADO¹⁴⁵ explana que a redução da jornada diminui, de maneira significativa, as probabilidades de doenças profissionais ou acidentes do trabalho, ou seja, as probabilidades da “*infortúnica do trabalho*”. O autor assevera:

Noutras palavras, a modulação da duração do trabalho é parte integrante de qualquer política de saúde pública, uma vez que influencia, exponencialmente, a eficácia das medidas de medicina e segurança do trabalho adotadas na empresa. Do mesmo modo que a ampliação da jornada (inclusive com a prestação de horas extras) acentua, drasticamente, as probabilidades de ocorrência de doenças profissionais ou acidentes do trabalho, a sua redução diminui, de maneira significativa, tais probabilidades da denominada “*infortúnica do trabalho*”.¹⁴⁶

Acerca da relação havida entre duração e acidentes de trabalho, também já expunha MORAES no início do século passado, o que concluiu Dr. Elia Sachine: “os acidentes de trabalho sucedem, em geral, quando este dura muito”¹⁴⁷. Ainda, “a estatística nos fornece, a êsse respeito, poderoso elemento de convicção mostrando que os desastres se dão mais frequentemente nas últimas horas do trabalho. Por quê? Naturalmente pelo cansaço da atenção.”¹⁴⁸

A redução no número de acidentes ou doenças do trabalho não representa benefício apenas ao trabalhador, mas também às empresas, pois vem significar grande economia ao empregador, poupado de desembolsar quantias vultosas a título indenizatório. Às empresas, a diminuição dos riscos da “*infortúnica do*

¹⁴⁴ MORAES, Evaristo de. *Op. cit.*, p. 84 – 85.

¹⁴⁵ DELGADO, Maurício Godinho. *Op. cit.*

¹⁴⁶ *Ibidem*, p. 832.

¹⁴⁷ MORAES, Evaristo de. *Op. cit.*, p. 85.

¹⁴⁸ *Idem*.

trabalho” tornou-se necessidade econômica, de vez que a Constituição Federal atribui ao empregador a responsabilidade, havendo dolo ou culpa, de indenizar o empregado, vítima de doença profissional ou acidente do trabalho (art. 7º, XXVIII).¹⁴⁹

Pelo ora exposto, tem-se que o maior acesso à saúde gerada pela redução da jornada de trabalho representa benefício ao trabalhador e ao empregador. Daí dizer, sem medo de errar, que “a fixação de uma jornada razoável de trabalho é indispensável à sobrevivência do trabalhador e ao êxito do empreendimento econômico do empresário.”¹⁵⁰

Para MORAES, a redução da jornada de trabalho sugere aumento e melhoria da produtividade:

Todas as vezes que o homem excede o limite das suas forças, provocando fadiga, aparece uma sensação penosa, que modifica a quantidade e a qualidade das coisas produzidas. Ora, essa perda de energia é, evidentemente, prejudicial à sociedade.¹⁵¹

A redução nos índices de acidentes e doenças do trabalho representa economia mais ainda aos cofres públicos, porquanto se desonera a Previdência Social diante da menor incidência de diminuições e perdas da capacidade laborativa pela classe operária.

Inclua-se em melhorias para saúde, ademais, o fato de que, com mais tempo livre, o trabalhador põe-se diante da possibilidade de estudar e renovar seus conhecimentos. Destarte, o tempo significa fomento à educação e representa requisito valioso à qualificação da mão-de-obra do país.

A redução na jornada de trabalho permite às famílias maior contato e mais tempo de convivência, de modo que as crianças hão de ter mais próximos de si os exemplos parentais, fundamentais na construção do caráter e direção do futuro.

Forçoso concluir que as mencionadas benfeitorias à perspectiva de saúde do trabalhador brasileiro, em sentido lato, por si só representam melhorias econômicas e políticas à nação. Em primeiro lugar, com trabalhadores mais saudáveis e descansados, menos se despenderá, tanto em âmbito público quanto

¹⁴⁹ DELGADO, Maurício Godinho. *Op. cit.*

¹⁵⁰ RUSSOMANO, Mozart Victor. *Op. cit.*

¹⁵¹ MORAES, Evaristo de. *Op. cit.*, p. 87.

privado, em razão de acidentes e doenças laborais. Poder-se-á, some-se, contar com trabalhadores mais escolarizados e melhor qualificados, capazes de galgar melhores postos de trabalho, preenchendo as vagas criadas pela própria redução da jornada que os possibilitou o estudo.

A redução da jornada de trabalho resultaria em significativas melhorias à saúde do trabalhador, nada mais há que se discutir a respeito, pois se trata de direito constitucional que deve ser assegurado a todos. Qualquer ato omissivo ou negativo do Estado no sentido de limitar o acesso à saúde implica em conduta inconstitucional e que deve ser duramente repreendida e repudiada. Nos termos do que enuncia o *caput* do art. 196 da Carta Maior¹⁵²:

Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos a ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

O direito à saúde, ainda, é garantido pelo art. 6º da Constituição Federal de 1988, cláusula pétrea, deve, de *per si*, isentar de quaisquer dúvidas os partícipes do movimento pela redução da jornada de trabalho.

A redução da jornada aos trabalhadores exerce impacto sobre a soberania do tempo, além de afetar suas condições de trabalho e padrão de vida. Alterações na distribuição do tempo de trabalho interessam ao trabalhador, pois têm relação com a organização de suas atividades cotidianas.¹⁵³

A evolução do sistema capitalista nos países desenvolvidos tem demonstrado que a redução do tempo de trabalho estimula o sistema ao avanço e aperfeiçoamento do ponto de vista organizacional e tecnológico. Trata-se de um dos mais eficazes instrumentos de redistribuição social por parte dos ganhos de produtividade atingidos, sendo um mecanismo de democratização do progresso científico e tecnológico alcançado pela humanidade nas últimas décadas¹⁵⁴.

A redução da jornada proporciona redução no desemprego e é objeto da Recomendação nº 116 da OIT. Os trabalhadores com o aumento do tempo livre

¹⁵² BRASIL. Constituição (1988).

¹⁵³ DAL ROSSO, Sadi. *Op. cit.*

¹⁵⁴ DELGADO, Maurício Godinho. *Op. cit.*

poderão reconstruir seus laços sociais e familiares, servindo de referência a seus filhos.¹⁵⁵

Finalmente, a Revolução Industrial criou dois grupos sociais em posições francamente antagônicas: operários e empregadores, autores de conflitos não solucionáveis pelo direito do Estado liberal, fundado na igualdade meramente formal. O Direito do Trabalho, radiado em seu princípio tutelar, rumou-se a compensar desigualdades econômicas com desigualdades jurídicas, de forma que esse novo ramo do direito tem por fim a proteção ao trabalho e ao trabalhador, parte mais fraca da relação laboral, e, por isso, a realização da justiça social, nos termos do que manda o *caput* do art. 7º da Constituição Federal. Deste modo, “o direito do trabalho é o instrumento que as sociedades capitalistas encontraram para distribuição de renda e construção de um patamar civilizatório mínimo (...)”.¹⁵⁶

Considerando que as diferentes categorias de trabalhadores contam com graus diversos de mobilização, acredita-se, pois, que o direito do trabalho deve cumprir sua constitucional função social, pelo que a redução da jornada de trabalho há de ser instituída de maneira geral e legal, e não apenas via contratos coletivos, para tocar de maneira equânime todos os trabalhadores do país, os quais se encontram insertos nos mais distintos quadros discriminatórios.

O direito do trabalho não visa a mera regulação das relações da forma como se apresentam no meio social, como faz o direito civil. Seu objetivo é intervir na realidade e transformá-la. Para tanto, impõe a observação de normas não aplicadas espontaneamente, pois normalmente impedem a livre exploração do trabalho pelo capital.¹⁵⁷

O Direito do Trabalho intervém drasticamente, eis que insere regras não aplicadas espontaneamente pela comunidade, mas necessárias à sua organização e manutenção. Lembre-se que, em função de seu caráter ambivalente, o Direito do Trabalho é essencial para a organização da sociedade capitalista e para a manutenção do capitalismo como modo de produção dominante.

¹⁵⁵ SILVA, Alessandro da. *Op. cit.*

¹⁵⁶ *Ibidem*, p. 240.

¹⁵⁷ *Ibidem*, p. 252.

2.2. QUESTÕES ECONÔMICAS E POLÍTICAS

A discussão sobre a redução da jornada de trabalho trata de questão política que contempla sérias implicações econômicas.¹⁵⁸

A face política da redução implica a revisão da concepção neoliberal de gestão, a qual prega o individualismo exacerbado e o mínimo possível de interferência estatal na economia. De acordo com a teoria de AZNAR¹⁵⁹, reduzir a jornada de trabalho significa atender à máxima de que se deve “trabalhar menos para trabalharem todos”, de modo que o interesse coletivo de redução do desemprego deve se sobrepor ao particularismo e solidão do “*cada um por si*” neoliberal.

Poderia, eventualmente, algum empresário ou intelectual orgânico ligado às classes dominantes argumentar que o aumento do valor da hora-trabalho ocasionado pela redução da jornada de trabalho sem redução de proventos causaria o encarecimento da mão-de-obra em detrimento da economia, e colocar-se-ia, portanto, contra a proposta de redução da jornada de trabalho sem a correspondente redução salarial.

O argumento, para tanto, seria que, caso levada a efeito, a redução obrigaria diversas empresas a fecharem as portas por não suportarem o aumento nos gastos com a folha de pagamento. Indicam, ademais, que o aumento nos custos do trabalho teria de, inevitavelmente, ser repassado à mercadoria final. O país, por todo o exposto, se tornaria menos competitivo no cenário internacional. Para o combate ao desemprego, defendem a flexibilização das formas de contratação e a redução dos encargos compulsórios sobre a folha de pagamento.¹⁶⁰

Apesar de compreensível a preocupação dos empregadores, seus temores não se justificam em sua totalidade.

Proposta como meio de criação de postos de trabalho, pelos cálculos do DIEESE, a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais teria o potencial de

¹⁵⁸ DAL ROSSO, Sadi. *Op. cit.*

¹⁵⁹ AZNAR, Guy. *Op. cit.*

¹⁶⁰ DAL ROSSO, Sadi. *Op. cit.*

gerar cerca de 2.252.600 (dois milhões, duzentos e cinqüenta mil e seiscentos) novos postos de trabalho no país.

A economia brasileira apresenta atualmente condições favoráveis a esta redução, pois, de acordo com cálculos formulados pelo DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, o aumento da produtividade da indústria, entre 1990 e 2000, foi de 113% e, nos primeiros anos do século XXI, os ganhos de produtividade foram de 27%. Sobre o tema, informa MENDONÇA, à luz de dados fornecidos no anuário estatístico publicado pela ANFAVEA:

Segundo dados publicados pela ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, o faturamento líquido da indústria automobilística que em 1989, em milhões de dólares, foi de 20.541, subiu para 29.446 em 1996 e alcançou o importe de 32.329 em 2004. O número de empregados, por seu turno, decresceu de 118.369 em 1989 para 101.857 em 1996 e 88.783 em 2004. A taxa de exploração da mão de obra, obtida pela divisão do faturamento pelo número de empregos, subiu de 173,53, em 1989, para 289,09, em 1996 e 364,13, em 2004.¹⁶¹

A assertiva patronal de que a redução da jornada de trabalho implicaria aumento de custo à produção teve origem há tempos. Utilizado mais precisamente desde a década de 1920, se prestou a tentar barrar a proibição do trabalho de crianças de cinco e seis anos, e a impedir a conquista operária do direito de férias¹⁶². Veja-se que, ainda em 1922, os operários da fábrica Votorantim, em Sorocaba, São Paulo, protestavam pelo desrespeito do limite de oito horas para o trabalho de crianças¹⁶³. O texto de um volante publicado pelo Comitê de Greve da fábrica denuncia os terrores das razões da greve e as abomináveis atitudes dos patrões:

Hoje, ainda hoje, mais um crime revoltante acaba de perpetrar-se naquela bastilha: - Centenares de crianças que ali se estiolam na seção de fiação, cansadas de serem exploradas miseravelmente e, ultimamente, coagidas a trabalhar 9 horas por dia, resolveram abandonar o trabalho, para fazerem respeitar a jornada de 8 horas. Foi quanto bastou para que os janízaros, chefiados pelo imbecil que responde ao chamado de Pereira Ignácio,

¹⁶¹ MENDONÇA, Ricardo Nunes de. *Op. cit.*, p. 16.

¹⁶² DIEESE. **Argumentos para a discussão da redução da jornada de trabalho no Brasil sem redução do salário.**

¹⁶³ PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael M. **A classe operária no Brasil: 1889 – 1930 - condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado.**

trancassem todas as portas e janelas da fábrica, querendo, assim, evitar que os pequenos mártires do trabalho pudessem regressar a seus lares.¹⁶⁴

A redução da jornada de trabalho na proporção de 9,09%, ou seja, de 44 para 40 horas semanais, acarretaria aumento do custo total da produção em apenas irrisórios 1,99%¹⁶⁵. Constata-se, portanto, que em comparação ao crescimento da economia e da produtividade nas últimas décadas, se trata de elevação extremamente baixa de custos, os quais, em curto prazo, poderão ser sentidos pelo empregador, mas ao longo do tempo, revelar-se-ão fundamentais ao fomento do mercado interno e externo.

É de suma importância ressaltar que não possui respaldo fático a alegação de que o aumento de custo da mão-de-obra geraria reflexos nefastos à competitividade internacional do país. As despesas com salários no Brasil já são das mais baixas do mundo. O DIEESE demonstra que o custo na Coréia do Sul, país que mais se aproxima dos valores brasileiros, é três vezes maior que o do Brasil. O diferencial na competitividade internacional não está radiado tão somente no custo da mão-de-obra, assim fosse, os Estados Unidos e o Japão estariam entre os países menos competitivos do planeta. Enquanto o custo horário da mão-de-obra dos trabalhadores ligados à produção na Indústria Manufatureira no Brasil é de US\$ 4,10, nos Estados Unidos e no Japão é de US\$ 23,70 e US\$ 21,80, respectivamente.

O que efetivamente determinará o nível de competitividade do país em âmbito internacional são as “vantagens sistêmicas”¹⁶⁶ que poderá oferecer, ou seja:

[...] um sistema financeiro a serviço do financiamento de capital de giro e de longo prazo com taxas de juros acessíveis; redes de institutos de pesquisa e universidades voltadas para o desenvolvimento tecnológico; população com altas taxas de escolaridade; trabalhadores especializados; infraestrutura desenvolvida; entre outras vantagens.¹⁶⁷

¹⁶⁴ *Ibidem*, p. 124.

¹⁶⁵ DIEESE. *Op. cit.*

¹⁶⁶ *Ibidem*.

¹⁶⁷ *Ibidem*, p. 09.

Para que o país seja de fato competitivo internacionalmente, portanto, é importante que disponha de economia interna bem desenvolvida, com taxas de desemprego retraídas, mais fiel distribuição de renda, trabalhadores mais saudáveis e instruídos, aumento na produtividade e nas taxas de consumo, etc. Elementos todos que se aproximam da realidade ao se pensar a redução da jornada de trabalho como medida possível e decente.

Por fim, transfigura-se como evidente que o desemprego representa custo ao Estado e às empresas. A redução da jornada alivia as finanças do Estado e possibilita que empresas sejam compensadas com diminuições nas contribuições para o seguro-desemprego.¹⁶⁸

Além de estar demonstrado que a redução da jornada de trabalho, da maneira como está sendo proposta, não acarretaria aumento de custos nocivo ao empregador ou à competitividade internacional, bem pondera DAL ROSSO¹⁶⁹ que, um notório aumento de produtividade resulta sistematicamente da diminuição das horas de atividade, de modo que há uma relação inversamente proporcional entre duração e produtividade do trabalho. Mostra-se indene de dúvidas a constatação de que o trabalhador inserido em jornada menos extensa produz mais, eis que mais disposto. O trabalho desenvolvido longamente leva à fadiga física e psíquica, o que acarreta queda do rendimento, acúmulo de ácido láctico no organismo e a conseqüente insegurança do trabalhador.

De acordo com o estudo de RIFKIN¹⁷⁰, “as revoluções das tecnologias da informação e da comunicação virtualmente garantem mais produção com menos trabalho humano”, de modo que o aumento do tempo livre trata-se de “conseqüência inevitável da reengenharia e do deslocamento tecnológico”. Na mesma linha, a propor que a revolução tecnológica permite que se produza a mesma quantidade em menos tempo, se manifesta AZNAR:

A mutação louca que chega a nós, e que o próprio Paracelsus não ousaria sonhar, é de que vamos entrar numa fase em que produziremos riqueza sem trabalho, ou quase. (...) Produzir duas vezes mais, não é mais mobilizar

¹⁶⁸ DAL ROSSO, Sadi. *Op. cit.*

¹⁶⁹ *Ibidem.*

¹⁷⁰ RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos:** o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho, p. 244.

20 mil homens em vez de 10 mil como se fazia para erguer pirâmides, é apertar um botão azul do robô a quem se transmite uma ordem por um simples toque do dedo indicador ou por uma frase murmurada no comando vocal.¹⁷¹

Os ganhos de produtividade e o tempo livre gerados pela automatização dos meios de produção podem ser apropriados de diversas formas. O líder trabalhista GREEN¹⁷² assevera: “o tempo livre virá. A única escolha é o desemprego ou o lazer”. Este tempo livre será distribuído sempre de acordo com a correlação de forças entre as classes sociais. Podem ser incorporados aos lucros ou aos juros, beneficiando apenas os empresários, ou, por outro lado, podem provocar a queda dos preços, beneficiando a sociedade em geral, e permitir a redução da jornada de trabalho.

Deste modo, a redução em tela é instrumento que permite a participação dos trabalhadores na distribuição dos ganhos de produtividade gerados pelo acúmulo científico e esforço contínuo de gerações, mérito de toda sociedade, tratando-se de instrumento eficaz à redistribuição de renda no país, elemento fundamental ao fomento do poder aquisitivo da população em geral. DELGADO aduz:

(...) a redução da duração do trabalho desponta, sem dúvida, como um dos mais eficazes instrumentos de redistribuição social de, pelo menos, parte dos enormes ganhos de produtividade alcançados pelo desenvolvimento científico e tecnológico inerente ao capitalismo.¹⁷³

Salta aos olhos a constatação de que diante do incrível aumento verificado na produtividade do país nas últimas décadas, a redução da jornada de trabalho representa custo irrisório, logo compensado pelo fomento à economia nacional, fruto da distribuição de renda por ela proporcionada, a qual gera aumento no poder de compra e, conseqüentemente, nos índices de consumo da população, de modo que a elevação da demanda instiga ainda mais produção.

¹⁷¹ AZNAR, Guy. *Op. cit.*, p.22.

¹⁷² *Society for the Reduction of Human Labor Newsletter*, Hannicutt, Benjamin Kline e McGaughey, Willian. (eds.) inverno 1992-1993, vol 3 #1, p14, citado por RIFKIN, Jeremy. *Op. cit.*, p. 244.

¹⁷³ DELGADO, Maurício Godinho. *Op. cit.*, p. 834.

Segundo DE MASI¹⁷⁴, ademais, a redução da jornada de trabalho há de significar que o trabalhador poderá fruir dos benefícios da automação, a qual deve se expressar como fator de valorização do trabalho humano e não de precarização, afinal, a tecnologia tem de se manifestar como uma conquista coletiva, um bem concedido à humanidade. DELGADO complementa ao aludir que “a criação de empregos novos em face do encurtamento da duração do trabalho seria fundamental mecanismo de democratização do progresso científico e tecnológico alcançado pela humanidade nas últimas décadas.”¹⁷⁵

DI MASI sugere que, com mais tempo livre e instituído de maior poder de compra, o trabalhador tem acesso a serviços de lazer, cultura, esporte, estética e outros, pelo que aumentará a demanda de emprego também no setor de serviços.

Neste sentido, DIMENSTEIN¹⁷⁶ já anuncia manifestações da contemporânea “economia criativa”¹⁷⁷, tais como a graduação em lazer, ofertada pela Universidade de São Paulo, e a graduação em “multimeios”, ofertada pela Pontifícia Universidade Católica da mesma cidade. A indústria criativa é responsável por 16,4% do PIB brasileiro e já emprega 35,2 milhões de pessoas, segundo dados da Firjan (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro). O autor completa ao mencionar que “esse ramo da economia cresce cada vez mais no país e já transforma regiões decadentes em bairros criativos”.

De todo o exposto, se pode declarar que a redução da jornada de trabalho há de implicar melhorias a toda nação:

¹⁷⁴ DE MASI, Domênico. **O futuro do trabalho**.

¹⁷⁵ DELGADO, Maurício Godinho. *Op. cit.*, p. 834.

¹⁷⁶ DIMENSTEIN, Gilberto. Cérebros de São Paulo. **Folha de São Paulo**.

¹⁷⁷ De acordo com o que leciona o embaixador Rubens Ricupero, que foi secretário-geral da Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) e ministro da Fazenda (governo Itamar Franco), “é inegável que a economia criativa representa claramente o futuro e esta obra vem recheada de cifras e argumentos para não deixar dúvidas sobre a direção para a qual aponta a curva da expansão econômica. O rumo é o da crescente acumulação de riqueza em bens intangíveis, em larga medida produtos da engenhosidade, da criatividade humana e relativamente pouco dependentes dos fatores tradicionais de produção associados a vantagens naturais, capital, mão de obra barata. O que conta mais e mais é a infinita e maravilhosa capacidade do ser humano de tirar algo do nada ou quase nada, a partir de sua interioridade e de sua interrelação construtiva com os outros, reflexo, dirão os crentes, da fagulha divina que fez com que Deus deixasse inacabada sua criação a fim de que pudessem os homens ajudar a completá-la.” — Artigo disponível na internet <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/noticias/010808.htm>>. Acessado em 03 de agosto de 2008.

A articulação de políticas econômicas e sociais que viabilizem a redução da jornada e a admissão de trabalhadores por parte das empresas conduz a efeitos positivos também para o conjunto da nação, melhorando os indicadores macroestruturais e do crescimento econômico, da demanda, da produtividade do trabalho e da massa salarial.¹⁷⁸

O combate ao desemprego e o fomento à economia nacional podem ser conquistados sem se lançar mão da flexibilização do direito do trabalho. Sindicatos de trabalhadores, principais afetados pelas longas jornadas e contratação flexível, bem afirmam que a economia deve estar a serviço da população, e que a redução da jornada é necessária à interrupção da marginalização criada pelo desemprego e precarização das condições de trabalho, fruto de sua desregulamentação e flexibilização.

2.3. CONTRAPARTIDA NEGATIVA DAS EMPRESAS E A NECESSIDADE DE ADOÇÃO DE MEDIDAS ACESSÓRIAS

De acordo com DELGADO¹⁷⁹, o que se espera é que, ainda que em proporção não equivalente, a redução da duração do labor abra inúmeros postos de trabalho, ou, no mínimo obstaculize o ritmo de avanço da taxa de desocupação no mercado. O autor faz a ressalva de que a redução da jornada de trabalho pode gerar efeitos abaixo dos esperados, isso em função das ferramentas às quais lançam mão as empresas, de maneira equivocada, como forma de evitar novas contratações.

A despeito, contudo, de terem sido efetivadas contratações por ocasião da redução constitucional da jornada em 1988, se deram em números bem menores do que o esperado, o que se explica pelas estratégias adotadas pelas empresas frente à diminuição das horas de trabalho. As empresas lançaram mão das seguintes estratégias: aumento do emprego, modernização tecnológica, intensificação do trabalho e trabalho extraordinário.¹⁸⁰

¹⁷⁸ DAL ROSSO, Sadi. *Op. cit.*, p. 55.

¹⁷⁹ DELGADO. Maurício Godinho. *Op. cit.*

¹⁸⁰ DAL ROSSO, Sadi. *Op. cit.*

Uma das mais completas análises acerca dos efeitos da redução da jornada de trabalho sobre o emprego foi desenvolvida pelo francês Freyssinet e muito bem destrinchada em português por DAL ROSSO.

Segundo FREYSSINET¹⁸¹, quanto ao *tempo de funcionamento das máquinas*, a redução permite às empresas que ampliem o tempo de utilização dos equipamentos e os horários de operação, o que reduz o custo unitário do serviço. Quanto à *compensação salarial*, conclui que o salário afeta a demanda, ou seja, a diminuição de jornada sem perda salarial aumenta a renda disponível na sociedade e, conseqüentemente, a demanda, obedecendo à máxima *fordista* de transformar os operários em potenciais consumidores. O *aumento de produtividade*, por seu turno, resulta sistematicamente da diminuição das horas de atividade, de modo que há uma relação inversamente proporcional entre duração e produtividade do trabalho.

As empresas, com receio dos custos advindos de novas contratações e visando manter a produtividade em alta, lançam mão de artifícios tais como a redistribuição de tarefas e intensificação, densificação e aumento da velocidade do trabalho, mecanismos todos de extração de *mais-valia* que geram trabalho poupado. Neste contexto MARX apontou duas estratégias adotadas pelas empresas em reação à jornada reduzida: a intensificação do trabalho e a adoção de tecnologias poupadoras de mão-de-obra.¹⁸²

Ainda segundo DAL ROSSO, apesar de a análise desenvolvida indicar que a redução surge como elemento fundamental à humanização do trabalho, a história demonstra que, diante dos instrumentos empreendidos pelas empresas com fins a evitar novas contratações, produziria efeitos sobre o volume de emprego numa proporção menor do que a esperada.

Por dados colhidos junto ao CAGED/MTB e DIEESE/SEADE, conclui-se das experiências vividas no Brasil em 1985 e 1988 que o efeito emprego resultante da redução da jornada de trabalho pela mudança constitucional de 1988 é de aproximadamente 1%, efeito positivo menor do que o impacto de 8,33% esperado pelos sindicatos e parlamentares. Os 7% restantes da diferença entre o efeito emprego esperado e o ocorrido podem ser explicados pelas estratégias adotadas

¹⁸¹ FREYSSINET, Jacques. **Le temps de travail em mièttes**.

¹⁸² DAL ROSSO, Sadi. *Op. cit.*

pelas empresas. Destacam-se duas principais: o trabalho extraordinário e a reorganização dos negócios, que se manifestam pela intensificação do trabalho e investimentos em tecnologias substitutivas de mão-de-obra.

Para Marx, o valor de uma mercadoria depende do tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. O capitalista aumenta a quantidade de valor gerada pelo trabalho de seus empregados por meio da mais-valia. A mais-valia absoluta conduz ao aumento do número de horas trabalhadas; a mais-valia relativa, à diminuição da jornada, que, em geral, é acompanhada pela intensificação do trabalho.

Desta maneira, tem-se que as empresas reagem à redução da jornada de trabalho mediante o recurso da mais-valia relativa, aumentando a intensidade do trabalho obtida pela reestruturação da base tecnológica e organizacional.

Pode-se concluir da experiência advinda da Constituição Federal de 1988 que a redução da jornada de trabalho cria postos de trabalho, mas deve ser acompanhada por eficaz fiscalização que barre práticas precarizadoras das relações laborais.

A adoção de uma política de tempo de trabalho voltada para a criação de empregos, portanto, exige o controle de diversas variáveis econômicas e sociais, entre as quais, no Brasil, estão a proporção das horas extras, a intensificação e densidade do trabalho. Se deixados a esmo, estes fatores consomem a maior parte do efeito emprego desejado. Daí concluir que um país pode levar avante políticas de redução do tempo de trabalho, obtendo ganhos em número de empregos, desde que planeje seus efeitos sobre o conjunto de setores afetados pela mudança.

A intensificação do trabalho se efetiva pela redistribuição de tarefas e reorganização da gestão, e tem contra si a oposição dos trabalhadores e do movimento sindical, eis que nociva à saúde mental e física do empregado.

O trabalho suplementar, por seu turno, está previsto na legislação, é conveniente às empresas e tem acolhida junto aos trabalhadores. A hora extraordinária foi o meio utilizado pelas empresas como resposta à redução, evitando a contratação de mão-de-obra. Acompanhada pelo regime de compensação, se traduz em precarização das condições de trabalho.¹⁸³

¹⁸³ DAL ROSSO, Sadi. *Op. cit.*

A redução da jornada de trabalho, para que surta efeitos positivos no quesito geração de empregos, deve vir acompanhada de medidas que determinem a limitação rigorosa ou até mesmo o fim das horas extras e do banco de horas, práticas estas que tornam possível ao empregador compensar os efeitos da redução da jornada sem contratar mão-de-obra nova. Estudos do DIEESE demonstram que apenas o fim das horas extras já teria o potencial de gerar cerca de 1.200.000 postos de trabalho.¹⁸⁴

2.4. CICLO VIRTUOSO

A despeito de todo o receio patronal, a redução da jornada de trabalho sem a respectiva redução salarial, como se depreende dos dados levantados pelo DIEESE, implicaria em aumento de 1,99% nos custos da produção. Irrisório montante se comparado ao crescimento exponencial da produtividade verificada em função da revolução técnico-científica deflagrada nas últimas décadas, que gerou lucros incomensuráveis aos empresários e que, como é justo, devem ser de certo modo repartidos com os trabalhadores, força motriz de toda a produção.

A redução da jornada de trabalho indica-se pertinente aos interesses antagônicos dos agentes sociais. Nos ditos de MINÉ:

A sociedade visa uma melhora na situação do emprego (atribuída às contratações dos demandantes de emprego), das finanças públicas e das contas sociais (aumento de receitas fiscais e sociais, redução das despesas sociais em função da baixa do desemprego e de uma melhora nas condições de trabalho). Os assalariados aspiram a uma melhora em suas condições de trabalho (sobre o volume do tempo de trabalho e/ou sobre a escolha do tempo de trabalho) e condições de vida (articulação entre vida profissional e vida pessoal). As empresas procuram uma melhora em sua eficácia e reatividade (organização) e uma redução de seus custos salariais (economia).¹⁸⁵

¹⁸⁴ DIEESE. **Reduzir a jornada de trabalho é gerar empregos de qualidade.**

¹⁸⁵ Tradução livre para: "La société vise une amélioration de la situation de l'emploi (grâce à des embauches de demandeurs d'emploi), des finances publiques et des comptes sociaux (augmentation des recettes fiscales et sociales, réduction des dépenses sociales par l'effet de la baisse du chômage et par une amélioration des conditions de travail). Les salariés aspirent à une amélioration de leurs conditions de travail (poutant sur le volume du temps de travail e/ou sur le choix du temps de travail) et des conditions de vie (articulation vie professionnelle et vie personnelle). Les entreprises recherchent une amélioration de leur efficacité et de leur réactivité

Desta forma tem-se que, exposto à jornada de trabalho reduzida, o trabalhador vê-se diante da possibilidade de renovar suas energias físicas e mentais, e a distanciar-se, portanto, das armadilhas da infortunistica do trabalho relacionadas à fadiga e estresse. A retração do número de acidentes de trabalho¹⁸⁶ significa não somente melhoria às condições de saúde dos trabalhadores, mas também desoneração da previdência e economia aos empregadores sujeitos a adimplir indenizações em função de perdas ou diminuições na capacidade laborativa de empregados acidentados.

O tempo destinado ao lazer, contato com a família, estudos e convívio social em geral, reflete no aumento da produtividade, pois é certo que o trabalhador descansado e qualificado produzirá muito mais e melhor, afinal, como ensina DAL ROSSO, já enfatizado anteriormente, há uma relação inversamente proporcional entre duração e produtividade do trabalho.

A manutenção dos salários, por seu turno, significa a valorização da hora trabalhada, o que, somado à distribuição de renda radiada nas contratações necessárias ao preenchimento das vagas criadas pela redução da jornada, representa aumento do poder aquisitivo da população.

A elevação da produtividade verificada em função do trabalho prestado por empregados mais descansados e qualificados será consumida por esta população com maior poder de compra. O aumento da produtividade e o aumento da demanda, portanto, se retro-alimentam.

Ao constatar que a redução da jornada resultará em aumento da produtividade, tanto pelo fato de o trabalhador estar mais descansado, quanto pelo aumento na demanda, o empregador percebe que é maior o custo-benefício de contratar novos empregados do que de intensificar a jornada dos já contratados, ou estendê-las em horas extraordinárias de trabalho, caras ao empregador e penosas ao empregado.

Conforme bem anuncia MINÉ, em linhas gerais, a redução da jornada de trabalho, diante de seus efeitos acima indicados, resulta em efetivação dos direitos

(organisation) et une réduction de leurs coûts salariaux (économie)". MINÉ, Michel. **Droit du temps de travail**, p. 02.

¹⁸⁶ De acordo com a Lei 8.213/91, entende-se que ao acidente de trabalho se equiparam as doenças de origem ocupacional.

fundamentais ao emprego, à liberdade de empreender, e dos direitos humanos de dignidade, vida familiar normal, vida pessoal, liberdade do trabalho, igualdade e saúde no trabalho.¹⁸⁷

Como já se expôs, ganha oportunidade a Recomendação nº 116 de 1962, que sugere a redução progressiva da duração do trabalho até alcançar quarenta horas semanais, com severas restrições à prorrogação da jornada normal. Saliente-se, ademais, a tendência fixada pela Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU-1948), no sentido da “limitação razoável das horas de trabalho” (art. XXIV).¹⁸⁸

A redução da jornada de trabalho, portanto, resulta em ciclo virtuoso à economia de mercado interno e externo e, por conseguinte, à qualidade de vida da população e prosperidade do país, a externar-se como representação da ambivalência do próprio Direito do Trabalho. Implica, some-se, em atuação positiva do Estado na efetivação do direito fundamental à saúde e à valorização social do trabalho.

2.5. EXPERIÊNCIA FRANCESA: PREDOMINÂNCIA DE INTERESSES DA CLASSE POLITICAMENTE DOMINANTE

Conforme se intentou demonstrar e nos ditos de ASSERLAIN, a luta pela redução do tempo de trabalho é tão antiga quanto a existência do movimento operário¹⁸⁹. Como não poderia deixar de ser, a experiência francesa demonstra que a extensão da duração do trabalho varia de acordo com os interesses dominantes de cada gestão de governo, tratando-se muito mais de questão política do que econômica.

Desde as origens do sindicalismo e do socialismo, a redução do tempo de trabalho é uma questão essencial nos combates travados com a intenção de melhorar as condições de trabalho. Na França, a partir de 1936, passou a ser

¹⁸⁷ MINÉ, Michel. *Op. cit.*, p. 169 – 181.

¹⁸⁸ SÜSSEKIND, Arnaldo *et. al.* *Op. cit.*

¹⁸⁹ ASSERLAIN, Jean-Charles. Les quarante heures s'imposent. In: **Front Populaire**.

defendida pela esquerda como forma de diminuição do desemprego, e sob a lógica de que, se o tempo de trabalho de cada trabalhador fosse diminuído, os empregadores teriam que contratar mais. A direita, por outro lado, põe-se contra a redução da jornada e argumenta ser necessário resgatar o valor social do trabalho, procurando assassinar o mito de que parte da atividade profissional poderia se reduzir graças ao progresso tecnológico¹⁹⁰. Do exposto constata-se que “a duração do trabalho é uma questão também política, e não somente econômica. (...) A guerra das 35 horas demonstra a profundidade e vitalidade persistentes da oposição entre a direita e a esquerda.”¹⁹¹

Reflexo do complexo jogo de forças entre os autores sociais, a jornada de trabalho na França reduziu-se pela metade no fim do século XIX, quando a média anual de horas trabalhadas era 3 mil, ao início do século XXI, quando a média passou a 1.6 mil horas de trabalho por ano. O caminho da redução teve início em 1848, com a limitação da jornada em 12 horas; passando por 1900 e 1902, quando a jornada de trabalho dos menores de 18 anos e mulheres fixou-se primeiro em 11 horas e depois foi reduzida para 10 horas¹⁹²; 1919, com a limitação de 48 horas semanais; e em 1936, quando um forte movimento operário conquistou a duração semanal legal de 40 horas. A redução se seguiu, até 1980, em função do aumento dos períodos de férias ou por negociações e decretos.¹⁹³

Em 1982, com o Partido Socialista e o Partido Comunista Francês no poder, no governo Mitterrand, publicou-se um decreto ministerial que instaurou a quinta semana de férias, limitou as horas extras a um máximo de 130 horas anuais e reduziu a duração do trabalho de 40 para 39 horas semanais. O decreto sofreu forte oposição patronal, o que era de se esperar. Esta acirrada oposição impediu a redução a 35 horas semanais pretendida pelos sindicatos. Dos setores de esquerda acabou também por emanar séria represália à medida adotada, eis que apenas uma hora de redução representava um número insignificante de possibilidade de criação

¹⁹⁰ JARREAU, Patrick. Droit contre gauche, la preuve par les 35 heures. **Le Monde**, Paris, 14 de junho de 2008.

¹⁹¹ Tradução livre para: “La durée du travail est bien un enjeu politique, et non seulement économique. (...) La guerre des 35 heures démontre la profondeur et la vitalité persistantes de l’opposition entre la droite et la gauche.” *Ibidem*.

¹⁹² MORAES, Evaristo de. *Op. cit.*

¹⁹³ GRAZIA, Giuseppina de. *Op. cit.*

de empregos, e servia de argumento à intensificação do trabalho por parte das empresas. O decreto contribuiu, ainda, com as políticas de flexibilização que despontavam, eis que ampliou a competência das negociações coletivas de setor e empresas para a reorganização do tempo de trabalho dentro de módulos¹⁹⁴ anuais, contrários à legislação geral.¹⁹⁵

Com o decreto de 1982 e a autorização à modulação anual da jornada, pela primeira vez tornou-se possível a celebração de acordos que não necessariamente guardavam consonância com as aspirações dos trabalhadores, o que se deveu à desmobilização destes últimos em função da larga ameaça de desemprego que assombrava o país. É o que coloca em sua tese de doutoramento FRACALANZA:

Contudo, em 1982, o que se estava a propor era algo radicalmente diferente: pela primeira vez o Código do Trabalho previa a possibilidade de um acordo de empresas se sobrepor às regras comuns ditando condições de trabalho que nem sempre iam de encontro às aspirações dos trabalhadores. Acresce a isto o fato de que, em virtude das altas taxas de desemprego da economia francesa, os trabalhadores tinham reduzido seu poder de barganha para negociar com as empresas cláusulas que lhes favorecessem, ainda mais quando os acordos de flexibilização dos horários de trabalho eram negociados como contrapartida da garantia de preservação de seus empregos.¹⁹⁶

Diante da conjuntura recessiva do início dos anos 80, o governo francês passou a priorizar medidas de incremento à competitividade nacional que se orientassem no sentido de promover uma maior flexibilidade do mercado de trabalho.¹⁹⁷

¹⁹⁴ “Já a *modulação* dos horários de trabalho permite à empresa adaptar-se às flutuações da demanda por seus produtos por meio de uma gestão mais flexível dos horários de trabalho de seus efetivos. Respeitados certos limites estabelecidos pelo texto legal, a duração semanal do trabalho pode variar amplamente ao longo do ano. No caso particular da *modulação* dos horários de trabalho, o decreto-lei de 1982 autorizava as empresas – que houvessem firmado um acordo setorial ou mesmo restrito à empresa – a fazer firmar seus horários, conquanto três condições fossem observadas. Em primeiro lugar, o cômputo da duração semanal média do trabalho ao longo do ano não deveria ultrapassar o limite legal das 39 horas. Em segundo lugar, as modificações dos horários de trabalho deveriam ser comunicadas aos trabalhadores com antecedência. Em terceiro lugar, a duração diária máxima do trabalho não poderia ultrapassar o teto das dez horas”. FRACALANZA, Paulo Sérgio. **Redução do tempo de trabalho: uma solução para o problema do desemprego?** p. 157 – 158.

¹⁹⁵ GRAZIA, Giuseppina de. *Op. cit.*

¹⁹⁶ FRACALANZA, Paulo Sérgio. *Op. cit.*, p. 161.

¹⁹⁷ *Idem.*

Diversas formas de modulação da jornada por via de convenções coletivas foram regulamentadas pelas leis que se seguiram, tais como a Lei Delabarre, de 1986, a Lei Seguin, de 1987, e a Lei Qüinquenal, de 1993, que ampliou os dispositivos de anualização e flexibilização, permitindo ao empregador fixá-las em contratos individuais de trabalho.¹⁹⁸

Dos anos de 1980 até a metade da década de 1990, a França, com o objetivo de fazer o país mais competitivo no mercado internacional, lançou mão de medidas flexibilizadoras e de alinhamento ao ideário neoliberal, o que acabou por resultar em aumento do desemprego e transferência de 10% da renda dos salários para os lucros do capital. As políticas neoliberais levaram a cifra de desempregados, trabalhadores de tempo parcial e de serviços precários, a atingir o montante de 7 milhões de pessoas. No período em tela, a duração do trabalho elevou-se diante das horas extras e flexibilização.¹⁹⁹

O cenário de desequilíbrio fez com que reagissem os movimentos sociais, o que levou ao avanço de mobilizações massivas. Emergiram organizações de desempregados e trabalhadores precarizados²⁰⁰. As marchas contra o desemprego, precarização e exclusão ultrapassaram as fronteiras francesas a partir de abril de 1997, perpassando outros países da Europa. Dentre inúmeras reivindicações contra medidas neoliberais implementadas no país, os movimentos assumiram a duração semanal de 35 horas como prioridade.²⁰¹

Apenas as mobilizações dos interessados, ou seja, desempregados e trabalhadores precarizados, é que pode fazer borbulhar o debate social e frear a intensificação da flexibilização proposta pela linha neoliberal de gestão. É o que procura demonstrar DE GRAZIA em sua tese de doutoramento:

Toda essa movimentação, que conseguiu grande simpatia da população, e a intensidade do debate social que se instalou em todo país colocaram um

¹⁹⁸ GRAZIA, Giuseppina de. *Op. cit.*

¹⁹⁹ *Ibidem.*

²⁰⁰ Alguns dos principais grupos reconhecidos foram: Agir Ensemble Contre lê Chômage (AC), Mouvement National des Chômeurs et des Précaires (MNCP), Association pous L'Emploi, l'Information et la Solidarité (Apeis) etc.

²⁰¹ GRAZIA, Giuseppina de. *Op. cit.*

freio nas políticas neoliberais e pressionaram o governo a assumir novamente políticas para a redução do tempo de trabalho (RTT).²⁰²

As mobilizações culminaram com a aprovação (pela pressionada maioria de direita eleita com Chirac) da Lei Robien, em 1996, primeiro passo importante à instauração da duração de 35 horas semanais do trabalho, e com a eleição de Jospin, em 1997, que teve uma campanha centrada no combate ao desemprego e na redução da jornada de trabalho.²⁰³

A Lei Robien estipulou isenções de encargos sociais às empresas que reduzissem a jornada e criassem ou mantivessem empregos. Apesar de ser criticada pelos sindicatos do país por deixar a critério da empresa a adesão, a lei trouxe benefícios, pois exigia um número de contratações proporcional à redução da jornada (10% de redução era equivalente a 10% de contratações), de modo que, ao cabo de dois anos, com a adesão de 3 mil empresas, cerca de 300 mil novos postos de trabalho foram criados.²⁰⁴

Apesar dos incentivos trazidos pela Lei Robien, o desemprego permaneceu a elevar-se em níveis inaceitáveis e os sindicatos passaram a pleitear norma universalmente aplicável, pelo que se chegou à Lei Aubry I (nome da ministra do trabalho, Martine Aubry), que foi implantada entre 1998 e 1999, seguida da Lei Aubry II, em vigor a partir de 2000. Definiu-se, finalmente, a duração semanal, nacional e oficial, do trabalho em 35 horas, com prazos para sua implementação em todas as categorias e setores.²⁰⁵

A primeira Lei Aubry (Lei nº 98-461), datada de 13 de junho de 1998, definida como uma lei de orientação e iniciação relativa à redução do tempo de trabalho²⁰⁶, com o objetivo de estimular a criação de empregos, estabeleceu o ponto de partida para a semana de 35 horas. Ao fixar a duração do trabalho em 35 horas, a nova lei visava apenas reduzir o teto a partir do qual as horas de trabalho passam a ser contadas como horas extras. Pretendia fomentar os acordos de redução do

²⁰² *Ibidem*, p. 82.

²⁰³ *Ibidem*.

²⁰⁴ *Ibidem*.

²⁰⁵ *Ibidem*.

²⁰⁶ Tradução livre para: "Loi d'orientation et d'incitation relative à la réduction du temps de travail".

tempo de trabalho entre empresários e empregadores e, para tanto, dispunha que tanto quanto maior fosse a redução da jornada de trabalho estipulada nos acordos firmados, maior teria de ser o percentual de contratações, e conseqüentemente maior também era a ajuda financeira fornecida pelo Estado.²⁰⁷

A Lei Aubry II (Lei nº 2000-37), de 19 de janeiro de 2000, por seu turno, intitulada como lei relativa à redução negociada da jornada de trabalho²⁰⁸, entre outras medidas, determinou que : as empresas que não se engajassem no aumento do número de empregos teriam suprimida a diminuição de encargos; passou a considerar os intervalos para alimentação e demais tempos de pausa como integrantes da duração efetiva do trabalho; estipulou um máximo de 130 horas extras por ano (salvo quando o acordo coletivo admitir anualização, quando este máximo passar para 90 horas anuais); substituiu todas as formas de modulação da jornada de trabalho por uma, pela qual a duração média do trabalho não pode exceder as 35 horas estabelecidas em lei, mediante compensação por períodos de repouso remunerado.²⁰⁹

A segunda lei cria, ademais, a figura dos *cadres* (quadros técnicos e executivos), que se dividem em *dirigentes*, excluídos das determinações da lei; *integrados* a uma equipe, atelier ou serviço, sujeitos aos horários coletivos da atividade em que estiverem inseridos; a beneficiarem-se da legislação sobre a duração do trabalho assim como os não-cadres; e os ditos *autônomos* (ou intermediários), para os quais o acordo coletivo pode determinar um número máximo de horas (por semana, mês ou ano) ou dias de trabalho ao ano.²¹⁰

As mudanças deflagradas na França na virada do século XXI despertaram a fúria do patronato, o que deu vazão ao abrandamento da Lei Aubry II mediante projetos aprovados em 2002 e 2005 no governo Raffarin. A Lei de 2002 estipulou o aumento do limite das horas extras de 130 para 180 anuais e possibilitou a compensação da jornada em dinheiro e não mais em repouso remunerado. A Lei de

²⁰⁷ FRACALANZA, Paulo Sérgio. *Op. cit.*

²⁰⁸ Tradução livre para: “Loi relative à la réduction négociée du temps de travail”.

²⁰⁹ FRACALANZA, Paulo Sérgio. *Op. cit.*

²¹⁰ FRANCE. Ministère des affaires sociales, du travail et de la solidarité. *Durée, réduction et aménagement du temps de travail*. 5e édition mise à jour. Paris: La documentation française, 2003. p. 99 – 103.

2005, por sua vez, dentre outras medidas flexibilizadoras, aumentou o limite anual de horas extras para 220, e possibilitou aos trabalhadores e patrões a negociação “livre” em acordos coletivos a duração da jornada, podendo mesmo ultrapassar as 220 horas extras anuais (desde que a semana de trabalho não tivesse duração superior a 48 horas).²¹¹

É certo que as leis Robien e Aubry (I e II) por si só não geraram o efeito emprego desejado, eis que as empresas lançaram mão de recursos diversos a fim de evitar novas contratações (intensificação do trabalho via aumento da carga e remanejamento de horários e organização do trabalho). Para DE GRAZIA, contudo, “dentro das características inerentes ao processo de luta de classes, a ofensiva dos trabalhadores, mesmo produzindo efeitos limitados, sempre representa um avanço”²¹², eis que a intensificação aconteceu, mas não anulou totalmente os efeitos da redução da jornada de trabalho, que se presta a frear investidas avassaladoras do capital.²¹³

O atual presidente da França, Nicolas Sarkozy, alinhado confessadamente ao ideário neoliberal, em meados do último semestre de 2007, recém-eleito, fez declaração que deixou em polvorosa o país. A um repórter que lhe perguntou se 2008 seria o fim das 35 horas, respondeu categórico: “para dizer as coisas como eu penso, sim”. Diante da massiva e ferrenha crítica que sofreu dos sindicatos, intelectuais e parcela significativa de trabalhadores, remodelou seu discurso, sem, porém, abrir mão de sua intenção flexibilizadora. Justificou que não se tratava de suprimir as 35 horas, tampouco de retroceder uma conquista social (do que foi acusado), mas sim de permitir que se trabalhe mais.²¹⁴

²¹¹ GRAZIA, Giuseppina de. *Op. cit.*

²¹² *Ibidem*, p. 132.

²¹³ *Ibidem*.

²¹⁴ O trecho que segue é fonte da transcrição da resposta de Sarkozy ao repórter e da paráfrase de sua justificativa: “CETTE FOIS ça y est, les 35 heures sont presque officiellement enterrées. A un journaliste qui lui demandait s'il souhaitait que « 2008 soit la fin des 35 heures », le chef de l'Etat a répondu : « Pour dire les choses comme je les pense, oui. ». Lors d'une intervention télévisée, le 29 novembre 2007, il avait pourtant déclaré, en présentant le dispositif de rachat des RTT par les salariés : « Il n'est pas question pour moi de supprimer les 35 heures, il ne s'agit pas de revenir sur un acquis social mais de permettre de travailler plus. »” Laurent Wauquiez: « La durée légale du travail en France restera fixée à 35 heures ». **Le Monde**, Paris, 29 de maio de 2008.

A semana de 35 horas é fatalmente posta em cheque após o dia 07 de agosto de 2008, quando o Conselho constitucional francês validou o essencial da lei sobre a “democracia social” e o “tempo de trabalho”. A reforma não revoga as 35 horas semanais, mas esvazia de substância as Leis Aubry e visa atender o slogan de Sarkozy: “travailler plus pour gagner plus” com a suposta intenção de se atingir o pleno-emprego²¹⁵. Xavier Bertrand, atual ministro do trabalho, alega que o texto da lei permitirá “dar-se fim ao espartilho das 35 horas impostas, que fazem tanto mal à economia francesa.”²¹⁶

Pela Lei Bertrand (ministro do trabalho de Sarkozy), as empresas são autorizadas a aumentar o tempo de trabalho sem negociação prévia com os sindicatos ou com os representantes dos trabalhadores. Os acordos de empresas passam a ter o aval de, conforme a demanda de mercado, derrogar a duração legal do trabalho mediante pagamento do adicional de horas extras. A nova lei, ao contrário das Leis Aubry, que como estímulo a novas contratações censuravam a prática das horas extras, permite e incentiva as empresas a lançarem mão deste recurso sem terem que pedir permissão aos inspetores de trabalho, bastando que não se excedam as 48 horas de trabalho semanais²¹⁷. Os quadros técnicos e

²¹⁵ “Seules la croissance et la réhabilitation du travail permettront, selon le chef de l'Etat, l'augmentation du pouvoir d'achat promise. Ne restent plus que des mesures qui, si elles devaient être validées par des accords d'entreprise, signeraient la fin des 35 heures. « La question n'est pas de supprimer les 35 heures ni de revenir sur un acquis social, a-t-il toutefois pris soin de préciser, mais de permettre de travailler plus pour arriver au plein-emploi. ». M. Sarkozy a renvoyé aux entreprises la charge d'appliquer son slogan de campagne « Travailler plus pour gagner plus ».” RIDET, Philippe. Nicolas Sarkozy ouvre la voie au démantèlement des 35 heures. **Le Monde**, Paris, 01 de dezembro de 2007.

²¹⁶ Tradução livre para: “de mettre un terme au carcan des 35 h imposées, qui a fait tant de mal à l'économie française”. L'essentiel de la loi sur les 35 heures validée par le Conseil constitutionnel. **Le Monde**, Paris, 07 de agosto de 2008.

²¹⁷ A Lei Bertrand surge com a explícita intenção de flexibilizar as regras criadas pelas Leis Aubry. Acerca do incentivo ao recurso das horas extras e maior liberdade dada às empresas nas negociações quanto à jornada de trabalho, tem-se o trecho que segue: “Avec le nouveau projet de loi, on reste sur un décompte hebdomadaire mais des accords au sein des entreprises vont permettre de déroger à la règle là où la demande est forte et où il manque du personnel (travaux publics, restauration, milieu hospitalier...). Là où les lois Aubry tentaient de rendre dissuasif le recours aux heures supplémentaires pour inciter les entreprises à embaucher, le projet de Xavier Bertrand introduit plus de souplesse. Le nouveau texte sur le temps de travail ne pourra être appliqué que s'il a fait l'objet d'un accord collectif au sein de l'entreprise. Avec les lois Aubry, les accords passaient d'abord par la branche, puis par l'entreprise. Le projet de loi de Xavier Bertrand prévoit que ces accords se passent d'abord dans l'entreprise et ensuite éventuellement au niveau de la branche. Il va permettre à l'entreprise de s'adapter à la charge de travail.” Propos recueillis par François Béguin 35 heures : “Le projet du gouvernement répond aux attentes des DRH”. **Le Monde**. Paris, 29 de maio de 2008.

executivos (*cadres*), maiores beneficiários das Leis Aubry, foram os mais prejudicados pela reforma, eis que perderam seu direito aos repousos suplementares em função do aumento do teto anual de dias trabalhados, que passará de 218 para 235 dias.²¹⁸

A despeito do que se tem dito com intuito depreciador no Brasil no sentido de que aqui a redução da jornada de trabalho iria na contramão²¹⁹ daquilo que vem acontecendo na França, onde se concordaria que esta medida não deu certo, pode-se concluir que tal assertiva não guarda consonância com a verdade dos fatos. Além de depoimentos²²⁰ de trabalhadores em favor da manutenção das 35 horas, os quadros técnicos e executivos (*cadres*), mais prejudicados com a nova lei, incisivamente marcam posição contrária à reforma²²¹, e os sindicatos já declararam oposição massiva contra a medida que visa derogá-las:

²¹⁸ “En l'absence d'accord collectif de branche ou d'entreprise, la disposition retenue prévoit de relever de 218 jours à 235 jours le plafond annuel de jours travaillés. Les syndicats ont aussitôt fait le compte. Si l'on exclut 25 jours de congés, 52 samedis et 52 dimanches ainsi que le 1er mai, tous les jours de l'année sont susceptibles d'être travaillés, y compris les jours de Noël, Nouvel An, les fêtes nationales et religieuses. Pour la CFE-CGC, cette disposition n'est autre qu'un « retour au siècle dernier ».” DELBERGHE, Michel. Les cadres, victimes des 35 heures? **Le Monde**, Paris, 10 de julho de 2008.

²¹⁹ Como se verifica em artigo publicado na internet: <http://panaceiapolitica.blogspot.com/2008/02/mais-uma-na-contramo-da-histria.html>. Acessado em 23 de setembro de 2008.

²²⁰ Dois exemplos de depoimentos de trabalhadores favoráveis à manutenção das 35 horas: “La défense des droits des mamans et des familles ! par Béatrice Delaval: En tant que maman de deux enfants en bas âge, je pense que les 35 heures appliquées notamment aux emplois dans les collectivités territoriales sont une grande avancée pour la vie des familles. Du temps pour s'occuper de ses enfants, faire les devoirs et ne pas les laisser livrés à eux-mêmes. Cela demande une meilleure organisation du travail pour arriver à faire son travail en un temps restreint mais on y arrive. Tout ce qui contribue à une vie améliorée des familles est pour moi une avancée et aussi une garantie pour la société. Les enfants ne traînent pas dehors par exemple.” e “Ouf ! je m'occupe de mon foyer... par Nat B: Oui je travaille 35 heures, oui je sors chaque soir à 16 heures, ce qui me permet d'aider mon mari qui est chef d'entreprise, de faire les devoirs avec les filles, de m'occuper de moi. Je gagne moins, je suis hyper-productive quand je suis sur mon lieu de travail. Finies les pauses café + clopes. On me traite régulièrement de "fainéante" qui ne peut pas comprendre le stress des 60 heures (...) Bac + 5 école de commerce, après 10 ans en grande distribution avec des horaires folles, des équipes à manager avec 2 bouts de chandelle, une vie familiale qui avance seule sans moi, une fille de 10 ans que je n'ai pas vu grandir, une autre avec un souci psychologique à gérer, un couple négligé, j'ai fini en dépression... Je revendique le droit à exister autrement que par un résultat professionnel, un positionnement dans l'échelle des revenus ou dans celle des influences. Je veux vivre ma vie de famille, et je continue à tout donner durant 35 heures à mon employeur. C'est assez. C'est bien. (...)” Témoignages : “les 35 heures ! quelles 35 heures ?”. **Le Monde**, Paris, 29 de maio de 2008.

²²¹ “Mais les syndicats de cadres ne se découragent pas et multiplient les actions malgré cette fin annoncée des 35 heures. La CFE-CGC a appelé à une manifestation place de l'Odéon, à Paris, à 14 heures, pour protester contre un projet qualifié de “*retour au dernier siècle*”. Afin de marquer son action, le syndicat demande aux manifestants de s'habiller en noir pour illustrer “*le deuil des*”

‘A partir de hoje, eu desafio o governo’, sublinhou o presidente do grupo PS na Assembléia Nacional, Jean-Marc Ayrault. ‘Se ele quer impor um projeto de lei, como deixou a entender o primeiro ministro, ele encontrará oposição total. A duração legal do trabalho é a primeira segurança do trabalhador. Nós não amansaremos. Nossa oposição será sem concessões’.²²²

A história do capitalismo atesta que o debate contemporâneo, na França e no mundo, acerca da redução da jornada de trabalho surgiu com a intenção de redução do desemprego. Tendo em conta os ganhos da produtividade e o progresso tecnológico, pareceu razoável pensar em uma melhor organização do trabalho afim de que todos pudessem trabalhar menos e melhor.²²³

Após a aplicação das Leis Aubry, entretanto, assiste-se a uma supervalorização do trabalho carregada de ideologia liberal agressiva, traduzida politicamente por uma maioria encabeçada pelo presidente da república, Nicolas Sarkozy, que com eloquência prega slogans incitando o trabalho e a promessa de que trabalhar mais é a melhor maneira de se aumentar o poder de compra e, ainda, cumprir o dever cidadão de ajudar a França a reencontrar o lugar que merece entre as nações, de modo que esta celebração assegura a estigmatização de todos aqueles que não trabalham.²²⁴

Ora, uma das características da atual situação francesa é justamente a falta de trabalho e o fato de que o pleno emprego já não mais existe há cerca de três décadas. O ideário de plena ocupação prega, por conseguinte, que se deve trabalhar mesmo que o trabalho não assegure condições mínimas de certa independência econômica, de modo que está a se instalar na paisagem social a ameaça de um trabalho pobre, precário e degradado.²²⁵

RTT et des jour fériés chômés". La CGT-Cadres a elle aussi appelé à un rassemblement près du Sénat, dès 13 heures." Les cadres se mobilisent contre la fin annoncée des 35 heures. **Le Monde**, Paris, 23 de julho de 2008.

²²² Tradução livre para: “*Dès aujourd'hui, je mets en garde le gouvernement*, a aussi souligné le président du groupe PS à l'Assemblée nationale Jean-Marc Ayrault. *S'il veut imposer un projet de loi, comme l'a laissé entendre le premier ministre, il rencontrera une opposition totale. La durée légale du travail, c'est la première sécurité du travailleur. Nous ne lâcherons rien. Notre opposition sera sans concession.*” La fin des 35 heures en 2008 ? **Le Monde**, Paris, 08 de janeiro de 2008.

²²³ CASTEL, Robert. Travailler plus, pour gagner quoi? **Le Monde**, Paris, 08 de julho de 2008.

²²⁴ *Ibidem*.

²²⁵ *Ibidem*.

Deve-se lembrar que há trabalhos e trabalhos. O trabalho é essencial, eis que dá suporte à pessoa através dos recursos econômicos e direitos sociais aos quais ele dá acesso. Ao contrário, a instituição de formas degradadas de emprego em nome da exigência de se trabalhar a qualquer preço conduz também à degradação do status do trabalhador e, finalmente, da qualidade de cidadão. Não basta “reabilitar o trabalho”, como propõe o presidente da República: é necessário respeitar a dignidade dos trabalhadores.²²⁶

De todo o exposto se constrói o sentido da pergunta de CASTEL: “trabalhar mais para ganhar o que?”²²⁷

Finalmente, de acordo com MÉDA e MUET, apesar de algumas merecidas críticas, a redução da jornada de trabalho na França não foi a catástrofe que o atual governo quer fazer crer. Deve-se reconhecer que as Leis Aubry criaram cerca de 350.000 empregos, que as empresas ganharam em maleabilidade, que os assalariados ganharam em qualidade de vida, que a dinâmica de negociações foi sem precedentes e que de modo algum se observa uma perda do senso de esforço e de trabalho entre os cidadãos²²⁸. Ainda, no período de aplicação plena das leis de redução da jornada (Lei Robien e Leis Aubry), o crescimento da França foi sem precedentes, quadro que declinou a partir de 2002, momento em que passaram a surgir as leis flexibilizadoras do governo Raffarin:

Bem ao contrário, durante todo este período (1997 a 2002), o crescimento francês foi muito superior ao crescimento europeu, a competitividade melhorou constantemente e 2 milhões de empregos foram criados (um recorde para uma economia que, em um século, de 1896 à 1997, não criou mais de 3 milhões de empregos). É também o único período após vinte e cinco anos onde nosso país reduziu fortemente seus déficits, diminuiu sua dívida, aumentou o recorde de excedentes externos. Em todos estes domínios, foi o inverso que se produziu a partir de 2002: a França acumula

²²⁶ Tradução livre para: “Mais aussi rappeler qu’il y a travail et travail. Le travail est essentiel en tant que support de l’identité de la personne à travers les ressources économiques et les droits sociaux auxquels il donne accès. Au contraire, l’institution de formes dégradées d’emploi au nom de l’exigence de travailler à tout prix et à n’importe quel prix conduit aussi à la dégradation du statut de travailleur et, finalement, de la qualité de citoyen. Il ne suffit pas de « réhabiliter le travail », comme se propose de le faire le président de la République : il faudrait respecter la dignité des travailleurs”. *Ibidem*.

²²⁷ Tradução livre para: “Travailler plus, pour gagner quoi?”. Título dado ao artigo de Robert Castel, publicado em 08/07/2008, no jornal *Le Monde*.

²²⁸ MÉDA, Dominique; MUET, Pierre-Alain. Travailler tous, et mieux. **Le Monde**, Paris, 18 de junho de 2008.

a dívida e os déficits externos públicos, cria pouco emprego e encontra-se à margem do crescimento europeu.²²⁹

Ainda de acordo com MÉDA e MUET, “deve-se enfim abandonar esta idéia ridícula de que aumentar a duração do trabalho será para a França a única maneira de reencontrar sua ordem”²³⁰. Os trabalhadores franceses trabalham por semana em média mais do que os alemães, (país onde a saúde comercial floresce), dinamarqueses, suecos, noruegueses e mesmo americanos. Desde a revolução industrial o desenvolvimento econômico se manifesta pela relação estreita entre a redução do tempo de trabalho e os ganhos de produtividade, eis que hoje se produz em uma hora vinte vezes mais do que se produzia há cento e trinta anos. Ademais, “à maioria dos cidadãos franceses, o emprego ideal é aquele que permite a conciliação entre vida profissional e vida familiar.”²³¹

Ao incentivar as horas suplementares aos que já trabalham em tempo completo, o governo acaba por negligenciar aqueles que realmente precisam trabalhar mais para ganhar mais: os desempregados, os assalariados que trabalham em tempo parcial mal remunerado, que gostariam muito de trabalhar mais, mas não são senhores de seu próprio tempo de trabalho. MÉDA e MUET concluem seu artigo clamando por políticas e negociação social que, estas sim, assegurem o pleno emprego, de modo que todos possam trabalhar mais e melhor, ou seja, em empregos não precarizados e, sim, dignos.

A situação francesa é a prova de que a extensão da jornada de trabalho depende da mobilização da classe dos que vivem da venda da força de trabalho. Ainda que as medidas adotadas em favor da redução da jornada neste país tenham se caracterizado por altos e baixos, nos momentos em que a esquerda assumiu o

²²⁹ Tradução livre para: “Bien au contraire, pendant toute cette période (de 1997 à 2002), la croissance française a été très supérieure à la croissance européenne, la compétitivité s’est constamment améliorée et 2 millions d’emplois ont été créés (un record pour une économie qui, en un siècle, de 1896 à 1997, n’avait créé que 3 millions d’emplois). C’est aussi la seule période depuis vingt-cinq ans où notre pays a réduit fortement ses déficits, diminué sa dette et engrangé des excédents extérieurs record. Dans tous ces domaines, c’est l’inverse qui s’est produit depuis 2002: la France accumule la dette et les déficits extérieurs et publics, crée peu d’emplois et est à la traîne de la croissance européenne.” *Ibidem*.

²³⁰ *Ibidem*.

²³¹ Tradução livre para: “Pour une majorité de nos concitoyens, l’emploi idéal est précisément celui qui permettrait de concilier vie professionnelle et vie familiale.” *Ibidem*.

governo, ensaiou-se a adoção de medidas que visavam barrar o desemprego e a flexibilização do direito do trabalho.

A tomada de poder pela direita, por outro lado, evidencia a idéia de alinhamento ao ideário neoliberal, a pregar o mote de “trabalhar mais para ganhar mais”, questionável maneira de se instigar a plena-ocupação em detrimento de condições mínimas de dignidade do trabalho.

CONCLUSÃO

A jornada de trabalho, ou seja, o tempo durante o qual o empregado, em função de contrato específico, permanece à disposição do empregador, instiga, desde sua gênese, oportunizada pelos ditames do sistema capitalista de produção, interesses opostos dos atores sociais.

É certo que ao trabalhador interessa a valorização da força que vende no manejar dos meios de produção, força esta, não se olvide, vital. Interessa, como parece inconteste, que se valorize sempre e mais o excerto de sua vida transmitido ao empregador. Interessa, finalmente e em linhas gerais, trabalhar menos a ganhar mais.

Ao empregador, em mão oposta, imerso na ansiedade de que seu negócio vingue lucrativo, desperta desejo justamente contrário. Interessa a extração máxima de força de trabalho mediante dispêndio mínimo de receitas. Ou seja, mais trabalho pelo menor preço.

Verificou-se neste estudo que a luta pela redução da jornada está presente desde as primeiras mobilizações dos trabalhadores em busca de melhores condições de vida e trabalho.

O choque frontal de ânimos de trabalhadores e empregadores manifesta-se, como se constatou, nas expressões da jornada de trabalho ao transcorrer da história. O tempo durante o qual permanece o empregado a disposição do empregador é tanto mais extenso quanto menos esteja sua classe mobilizada, o que leva à constatação de que a discussão acerca da redução da jornada de trabalho é tanto econômica quanto política, afinal:

O Estado e o Direito são materializações, históricas e concretas, de relações de forças que se estabelecem na sociedade (Poulantzas). Como as sociedades capitalistas ocidentais encontram-se divididas em classes distintas e antagônicas, as relações sociais materializadas no direito (e no Estado) em cada momento histórico, são frutos, causa e consequência, de contextos determinados.²³²

²³² RAMOS FILHO, Wilson. Apresentação ao livro de FONSECA, Ricardo Tadeus Marques da. **O trabalho da pessoa com deficiência e a lapidação dos direitos humano**: o direito do trabalho, uma ação afirmativa. São Paulo: LTr, 2006. p. 9.

Apenas após mobilizações, greves e revoluções é que, no mundo, a jornada de trabalho ganha limites e se retrai. Trata-se de expressão da própria natureza ambivalente do Direito do Trabalho, a um tempo instrumento de opressão e de libertação do trabalhador, que garante a manutenção do capital e as conquistas sociais da classe obreira.

Nos dias de hoje, a crescente e intensa automação dos meios de produção oportunizada pelo desenvolvimento tecnológico e digital, por sua vez viabilizado pela globalização econômica, que reduz o esforço humano necessário à produção, sugere estar a ser traduzida, por um lado, em longas jornadas aos que trabalham, pelo que se estima que 22% da população mundial (cerca de 614,2 milhões de trabalhadores) trabalhe em jornadas excessivas e, por outro lado, em um grande vazio social ecoado pelo desemprego dos que estão marginalizados por esse sistema, sem postos de trabalho e substituídos pela infatigável tecnologia. Está a deflagrar-se o que AZNAR intitula *sociedade dualista*, conjuntura social e economicamente desequilibrada, que não se justifica e clama por mudanças.

Verificou-se que a relação entre duração e produtividade do trabalho é inversamente proporcional. O tempo livre criado pela redução da jornada destinado ao convívio social pode ser utilizado para descanso e qualificação profissional, o que proporciona aumento da produtividade.

A jornada de trabalho reduzida, ademais, possibilita ao empregado que renove suas energias físicas e mentais, afastando-se das doenças e acidentes de trabalho ligados à fadiga e estresse, o que representa desoneração da previdência e economia aos empregadores sujeitos a adimplir indenizações a empregados acidentados.

A pesquisa indica que a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais no Brasil é economicamente viável. Atualmente, os custos por ela gerados não ultrapassariam o montante de 1,99%, quantia irrisória se comparada às exponenciais alavancadas de crescimento da produtividade que se verifica desde o final do século passado.

Verificou-se, ainda, que a mão-de-obra no Brasil já é das mais baratas do mundo, e que o preço mais elevado da mão-de-obra não é inversamente proporcional ao desenvolvimento da economia.

A redução da jornada com manutenção dos salários somada às novas contratações gera distribuição de renda, o que importa em aumento do poder aquisitivo da população.

Uma população com maior poder aquisitivo poderá consumir a elevação da produtividade verificada em função do trabalho prestado por empregados mais descansados e qualificados. O aumento da produtividade e o aumento da demanda, portanto, se retro-alimentam.

O empregador, ao constatar que a redução da jornada resultará em aumento da produtividade, tanto pelo fato de o trabalhador estar mais descansado, quanto pelo aumento na demanda, deve dar-se conta de que mais vale contratar novos empregados do que exaurir as forças dos já contratados e manter a desigualdade social.

O estudo desenvolvido leva à conclusão de que a redução da jornada de trabalho implica em ciclo virtuoso à economia e resulta em efetivação dos direitos fundamentais ao emprego, à liberdade de empreender, e dos direitos humanos de dignidade, vida familiar normal, vida pessoal, liberdade do trabalho, igualdade e saúde no trabalho.

Finalmente, o que se tem demonstrado na França, experiência mais marcante de redução da jornada de trabalho contemporânea, é que o esvaziamento das Leis das 35 horas encontra forte resistência e que os passos na via da flexibilização das relações de trabalho são tomados justamente nos momentos em que o governo segue orientação neoliberal. As medidas flexibilizadoras adotadas por Raffarin a partir de 2002 geraram precarização das relações de trabalho e retração dos índices de crescimento econômico. O mesmo anuncia-se às reformas instauradas por Sarkozy no corrente ano.

Resta indene de dúvidas que a redução da jornada de trabalho tem, de fato, na atual conjuntura econômica, o aval de criar milhões de empregos e trazer relevantes alterações ao cenário social, o que depende apenas de mobilização dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

ASSERLAIN, Jean-Charles. Les quarante heures s'imposent. In: **Front Populaire**.

AZNAR, Guy. **Trabalhar menos para trabalharem todos**. Brasília: Editora Página Aberta, 1995.

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de direito do trabalho**. 4ª ed. São Paulo: LTr, 2008.

BELMONTE, Alexandre Agra. Redução da jornada de trabalho. **Revista LTr**, São Paulo, v. 68, n. 02, p. 165-172, jan. 2004.

BOLTANSKI, Luc., CHIAPELLO, Ève. **El nuevo espíritu del capitalismo**. 1ª ed. Madrid: Akal, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CALVETE, Cássio da Silva. **Redução da jornada de trabalho**: uma análise econômica para o Brasil. 317 f. Tese (Doutorado em Ciências Economia) – Instituto de Economia da UNICAMP, Universidade de Campinas, Campinas, 2006.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Trad. de Iraci D. Poleti. 4 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

_____. Travailler plus, pour gagner quoi? **Le Monde**, Paris, 08 de julho de 2008.

CAVALCANTI, Hélio Augusto Pedroso. Evolução histórica do direito individual do trabalho. In: MARTINS, Adalberto e CAVALCANTI, Hélio Augusto Pedroso. **Elementos de direito do trabalho**. Porto Alegre: Síntese, 2001.

CUT. Redução da jornada e integração latino-americana são as bandeiras de luta do 1º de maio internacional da CUT, em Foz do Iguaçu. **Boletim Eletrônico da CUT Paraná** – Ano V – nº 435 – 29 de abril de 2008.

DAL ROSSO, Sadi. A redução da jornada e o emprego. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EMPREGO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO, 1997, São Paulo. DIEESE/CNPq. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/>. Acesso em: 28 de julho de 2008.

_____. **O debate sobre a redução da jornada.** São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET, 1998.

DE MASI, Domênico. **O futuro do trabalho:** fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1999.

DELGADO, Maurício Godinho. **Jornada de trabalho e descansos trabalhistas.** Belo Horizonte: Editora RTM, 1996.

_____. **Curso de direito do trabalho.** 5. ed. São Paulo: LTr, 2006.

DIEESE. **Argumentos para a discussão da redução da jornada de trabalho no Brasil sem redução do salário.** Nota Técnica nº 66, de abril de 2008. Disponível na internet:

<<http://www.fenajufe.org.br/encontro6horas/arquivos/notatec66argumentosReducaoJornada%20Dieese.pdf>>. Consulta em 15 de agosto de 2008.

_____. **Porque reduzir a jornada de trabalho?** Disponível na Internet: <<http://www.dieese.org.br/esp/jtrab/pqjortra.xml>>. Consulta em 15 de agosto de 2008.

_____. **Redução do tempo de trabalho no Brasil.** Nota técnica nº 16, de março de 2006. Disponível na internet: . Consulta em 15 de agosto de 2008.

_____. **Reduzir a jornada de trabalho é gerar empregos de qualidade.** Nota Técnica nº 57, de novembro de 2007. Disponível na internet: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec57JornadaTrabalho.pdf>>. Consulta em 19 de agosto de 2008.

DIMENSTEIN, Gilberto. Cérebros de São Paulo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 ago. 2008. Caderno Cotidiano, Caderno 8.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social: 1890 – 1920.** Rio de Janeiro – São Paulo: DIFEL, 1977.

FRANCE. Ministère des affaires sociales, du travail et de la solidarité. *Durée, réduction et aménagement du temps de travail*. 5e édition mise à jour. Paris: La documentation française, 2003.

FONSECA, Ricardo Marcelo. **Modernidade e contrato de trabalho**: do sujeito de direito à sujeição jurídica. São Paulo: LTr, 2002.

_____. Transformações do trabalho e reforma trabalhista. In: Sidnei Machado; Luiz Eduardo Gunther. (Org.). **Reforma trabalhista e sindical**: o direito do trabalho em perspectiva. 1 ed. São Paulo: LTr, 2005, v. 1, p. 13-25.

FONSECA, Ricardo Tadeus Marques da. **O trabalho da pessoa com deficiência e a lapidação dos direitos humano**: o direito do trabalho, uma ação afirmativa. São Paulo: LTr, 2006.

FRACALANZA, Paulo Sérgio. **Redução do tempo de trabalho**: uma solução para o problema do desemprego? 202 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia da UNICAMP, Universidade de Campinas, Campinas, 2001.

FREYSSINET, Jacques. **Le temps de travail en mièttres**. Paris: Les Éditions Ouvrières, 1997.

GRAZIA, Giuseppina de. **Tempo de trabalho e desemprego**: redução da jornada e precarização em questão. São Paulo: Xamã, 2007.

JARREAU, Patrick. Droit contre gauche, la preuve par les 35 heures. **Le Monde**, Paris, 14 jun. 2008.

LEE, Sangheon, McCANN, Deidre e MESSENGER, Jon C. **Working time around the world**: trends in working hours, laws, and policies in a global comparative perspective. Genebra: Routledge, Londres y OIT, 2007.

MAGANO, Otávio Bueno. **Manual de direito do trabalho**: direito tutelar do trabalho. 2ª ed., v. 4. São Paulo: LTr, 1992.

MAÑAS, Christian Marcello. **Tempo e trabalho**: a tutela jurídica do tempo de trabalho e tempo livre. São Paulo: LTr, 2005.

MARX, Karl. A jornada de trabalho. In: **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. 25ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 269-346.

MÉDA, Dominique; MUET, Pierre-Alain. Travailler tous, et mieux. **Le Monde**, Paris, 18 jun. 2008.

MENDONÇA, Ricardo Nunes de. **A redução da duração do trabalho na nova ordem econômica e social brasileira**. No prelo.

MINÉ, Michel. **Droit du temps de travail**. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence.

MORAES, Evaristo de. **Apontamentos de direito operário**. 4ª ed. São Paulo: LTr, 1998.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao Direito do Trabalho**. 32ª ed. São Paulo: LTr, 2006.

OIT. Recomendação n. 116, 26 de junho de 1962. **Recomendação sobre a redução das horas de trabalho**: Genebra, 1962.

PINHEIRO, Paulo Sérgio de M. S. **Política e trabalho no Brasil**: dos anos vinte a 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____ e HALL, Michael M. **A classe operária no Brasil**: 1889 – 1930. Documentos. Vol. 2. Condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

PINTO, José Augusto Rodrigues. **O direito do trabalho e as questões do nosso tempo**. São Paulo: LTr, 1998.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2000.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos**: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. Tradução Ruth Gabriela Bahr. São Paulo: Makron Books, 1995.

RUSSOMANO, Mozart Victor. **Curso de Direito do Trabalho**. 7ª ed. Curitiba: Juruá, 1999.

SILVA, Alessandro da. Duração do trabalho: reconstrução à luz dos direitos humanos. In: SILVA, Alexandre da, MAIOR, Jorge Luiz Souto, FELIPPE, Kenarik Boujikian e SEMER, Marcelo (Coord.). **Direitos humanos**: essência do Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 2007.

SILVA, Ilmar et. al. A jornada de trabalho no Brasil: o debate e as propostas. In: **Abertura e ajusto do mercado de trabalho no Brasil**: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade. Brasília: OIT/TEM, 1999.

SILVA, Josué Pereira da. **Três discursos, uma sentença**: tempo e trabalho em São Paulo – 1906/1932. São Paulo: ANNABLUME/FAESP, 1996.

SÜSSEKIND, Arnaldo et. al. **Instituições do Direito do Trabalho**. 22. ed. atual. São Paulo: LTr, 2005.

THOMPSON, Edward P. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In: **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Acesso de páginas virtuais:

http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20080808/not_imp219735,0.php. Acesso em 10 de agosto de 2008.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/noticias/010808.htm>. Acesso em 03 de agosto de 2008.

http://www.ibge.com.br/home/estatistica/populacao/mapa_mercado_trabalho/comentarios.pdf. Acesso em 25 de agosto de 2008.

http://ultimosegundo.ig.com.br/economia/2008/06/25/seadedieese_desemprego_em_6_capitais_cai_para_148_1389636.html. Acesso em 10 de agosto de 2008.